AIG Resseguros Brasil S.A.

CNPJ nº 13.525.547/0001-52

www.aig.com.br

Relatório da Administração - Dezembro de 2016

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes, referente às atividades da AIG Resseguros Brasil S.A. relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A American International Group, Inc. (AIG) é uma das organizações líderes no mercado securitário internacional que presta serviços em mais de 100 países e jurisdições. São mais de 96 anos de experiência em produtos para pessoas físicas e jurídicas, atendendo mais de 80 milhões de clientes. Sua atuação global permite entender as necessidades dos nossos clientes, respeitando as características de suas culturas locais.

Com mais de 65 anos no mercado brasileiro, e um dos mais completos portfólios de produtos e serviços do mercado, a AIG orgulha-se de ser líder em diversas linhas e possuir rica experiência em atendimento de sinistros, solidez financeira e ampla expertise em gerenciamento de riscos.

A AIG Resseguros Brasil, subsidiária da AIG Seguros Brasil S.A., está estabelecida no Brasil com Capital Social de R$ 90 milhões, com objetivo de operar no mercado de seguros brasileiro, dentro dos padrões e políticas do Grupo AIG.

Para fornecer maior capacidade ao mercado segurador brasileiro, desenvolvemos soluções inovadoras com qualidade e compromisso que agem em sinergia com nossos parceiros, agregando segurança, volume e valor a nossos clientes.

***Performance* econômico-financeira**

O volume de prêmios de resseguros alcançou R$ 66,9 milhões no exercício de 2016, 42% menor ao ano de 2015. No exercício findo em dezembro de 2016, a Resseguradora apresentou um lucro líquido de R$ 8,5 milhões, enquanto seu resultado operacional foi de R$ 12 milhões, a redução da taxa SELIC em 50 bps de 14,25% aa para 13,75% aa nos últimos meses de 2016, em função de um controle mais efetivo do risco inflacionário gerou uma maior valorização dos ativos prefixados do portfolio. Com isso, a nossa decisão por aumentar a alocação estratégica em ativos pré-fixados (ou parte remunerado desta forma) contribuiu para que a performance relativa dos investimentos fosse superior quando comparado ao exercício anterior. Em contraste, a alocação em fundo cambial, por questões de ALM, acabou reduzindo a receita financeira na comparação anual, quando o dólar recuou 16,5% após uma valorização de 47,0% no mesmo período de 2015, sendo preponderante para um resultado financeiro inferior para o portfolio total, mesmo com o maior volume de ativos sob gestão.

Distribuição de lucros

Os estatutos da AIG Resseguros Brasil S.A. destinam até 25% para pagamento de dividendos aos acionistas, após a absorção de prejuízos acumulados e constituição da reserva legal.

Perspectivas

A Resseguradora Local no segmento de riscos corporativos, mantendo sua forte disciplina nas políticas de aceitação de risco e gestão de custos. Esta estratégia visa proporcionar o ganho de escala necessário para a melhora do resultado operacional.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Acionistas, parceiros de negócios, corretores e clientes pela confiança em nossa administração bem como aos nossos colaboradores, pela sua decisiva contribuição para a conquista dos resultados da Resseguradora.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2017.

A Diretoria

Balanço Patrimonial - Exercício findo em 31 de Dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2016	2015
Circulante	**710.537**	**700.387**
Disponível	**13.385**	**11.640**
Caixa e bancos (Nota 5)	13.385	11.640
Aplicações financeiras (Nota 6)	**178.293**	**145.813**
Créditos das operações com seguros e resseguros (Nota 7)	**51.841**	**55.313**
Operações com seguradora (Nota 7.3)	43.148	46.254
Operações com resseguradora (Nota 7.4)	8.693	9.059
Ativos de retrocessão - provisões técnicas (Nota 10)	**464.335**	**477.694**
Títulos e créditos a receber	**2.683**	**9.927**
Créditos tributários e previdenciários (Nota 8)	2.659	9.856
Outros créditos	24	71
Não circulante	**5.093**	**7.343**
Realizável a longo prazo	**5.093**	**6.271**
Créditos das operações com seguros e resseguros	**-**	**146**
Operações com seguradoras (Nota 7.3)	-	146
Ativos de retrocessão - provisões técnicas (Nota 10)	**5.093**	**6.125**
Intangível	**-**	**1.072**
Outros intangíveis	-	1.072
Total do ativo	**715.630**	**707.730**

Passivo e patrimônio líquido	2016	2015
Circulante	**613.846**	**615.961**
Contas a pagar	**12.773**	**13.418**
Obrigações a pagar (Nota 11.1)	6.071	5.339
Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 11.2)	696	571
Encargos trabalhistas	49	176
Impostos e contribuições (Nota 11.3)	3.310	3.721
Outras contas a pagar (Nota 11.4)	2.647	3.611
Débitos de operações com seguros e resseguros	**74.816**	**54.910**
Prêmios a restituir	2.531	1.677
Operações com resseguradoras (Nota 13)	72.285	53.233
Depósitos de terceiros	**880**	**-**
Depósitos de Terceiros	880	-
Provisões técnicas - resseguradoras (Nota 14)	**525.377**	**547.633**
Não circulante	**6.483**	**8.496**
Contas a Pagar	**1.051**	**-**
Tributos Diferidos (Nota 12)	1.051	-
Provisões técnicas - resseguradoras (Nota 14)	**5.432**	**8.496**
Patrimônio líquido	**95.301**	**83.273**
Capital social (Nota 15(a))	90.001	80.001
Reservas de lucros	5.300	3.272
Total do passivo e patrimônio líquido	**715.630**	**707.730**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado dos exercícios findos em 31 de Dezembro

Em milhares de reais, exceto lucro por ação

	2016	2015
Prêmios emitidos (Nota 16.1)	66.920	114.531
Variações das provisões técnicas de prêmios (Nota 17)	(9.535)	(8.821)
Prêmios ganhos (Nota 16.2)	**57.385**	**105.710**
Sinistros ocorridos (Nota 18)	(107.371)	(496.796)
Outras despesas e receitas operacionais	(200)	(269)
Resultado com retrocessão (Nota 19)	63.878	393.004
Despesas administrativas (Nota 20)	(8.673)	(5.866)
Despesas com tributos (Nota 21)	(2.166)	(5.482)
Resultado financeiro (Nota 22)	9.258	21.760
Resultado operacional	**12.111**	**12.061**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	(20)	(279)
Resultado antes dos impostos e participações	**12.091**	**11.782**
Imposto de renda (Nota 23)	(1.960)	(2.119)
Contribuição social (Nota 23)	(1.516)	(1.168)
Participação sobre o Lucro	(54)	(273)
Lucro líquido do exercício	**8.561**	**8.222**
Quantidade de ações (Nota 15(a))	91.435.555	80.000.679
Lucro líquido por lote de mil ações	0,09	0,10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Estatutária	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2015	**80.001**	**231**	**272**	**-**	**80.504**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.222	8.222
Constituição de Reserva	-	411	2.358	(2.769)	-
Dividendos	-	-	-	(1.953)	(1.953)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(3.500)	(3.500)
Em 31 de dezembro de 2015	**80.001**	**642**	**2.630**	**-**	**83.273**
Em 1º de janeiro de 2016	**80.001**	**642**	**2.630**	**-**	**83.273**
Aumento de Capital de 28.09.2016, Aprovado conforme Portaria SUSEP nº 182 publicado em 06.12.2016 (Nota 15(a))	10.000	-	-	-	10.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.561	8.561
Constituição de Reserva	-	428	1.600	(2.028)	-
Dividendos	-	-	-	(2.033)	(2.033)
Juros sobre capital próprio (Nota 23)	-	-	-	(4.500)	(4.500)
Em 31 de dezembro de 2016	**90.001**	**1.070**	**4.230**	**-**	**95.301**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (Método Indireto) exercícios findos em 31 de Dezembro

Em milhares de reais

	2016	2015
Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	**8.561**	**8.222**
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	1.072	1.608
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(32.479)	(38.604)
Créditos das operações de seguros e resseguros	3.618	11.521
Ativos de Resseguro	14.390	(414.869)
Créditos fiscais e previdenciários	7.197	(8.902)
Outros Ativos	47	12
Impostos e contribuições	640	1.616
Outras contas a pagar	(6.767)	(1.303)
Débitos de operações com seguros e resseguros	19.906	5.825
Depósitos de terceiros	880	-
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(25.320)	438.844
Caixa Gerado/(Consumido) pelas Operações	(8.255)	3.970
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades Operacionais	**(8.255)**	**3.970**
Atividades de Financiamento		
Aumento de Capital	10.000	-
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Financiamento	**10.000**	**-**
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**1.745**	**3.970**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do exercício	**11.640**	**7.670**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do exercício	**13.385**	**11.640**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

A AIG Resseguros Brasil S.A. ("AIG RE" ou "Resseguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil com sede no Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck, 2.041, complexo JK/Torre E 10º andar, Vila Nova conceição - São Paulo/SP e que tem como acionistas a AIG Seguros Brasil S.A. com 91.435.554 ações ordinárias e a American Home Assurance Company Escritório de Representação no Brasil Ltda., com uma ação ordinária, totalizando 91.435.555 ações. A Resseguradora tem por objeto a operação com resseguros e retrocessão em todos os ramos.

Em 4 de abril de 2011, através da Portaria SUSEP nº 3.972, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) concedeu à AIG Resseguros Brasil S.A. autorização para operar como resseguradora local e homologou na íntegra as deliberações tomadas pelos acionistas na Assembleia de Constituição realizada em 15 de fevereiro de 2011.

As Demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 22 de fevereiro de 2017.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras da Resseguradora estão apresentadas a seguir. Estas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), as quais abrangem as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, quando referendados pela SUSEP e Lei da S.As., e evidenciam todas as informações relevantes próprios das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Resseguradora não está apresentando a demonstração do resultado abrangente, tendo em vista que não existem outros itens além do resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros avaliados ao valor justo. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Resseguradora em curso normal de seus negócios no Brasil.

As áreas que envolvem alto grau de julgamento ou complexidade, ou áreas onde as premissas e estimativas são significativas para a preparação das demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3 destas demonstrações financeiras. A Resseguradora revisa essas estimativas e premissas periodicamente e, quando necessário, são ajustadas para melhor refletir sua situação financeira e patrimonial.

Em 29 de dezembro de 2016 foi emitida a Circular SUSEP nº 544/16, alterando a circular SUSEP nº 521/15, que dispõe sobre as Normas Contábeis no que se refere ao plano de contas a ser observado pelas sociedades seguradoras, sociedades de capitalização entidades abertas de previdência complementar e resseguradores locais, instituídas pela Resolução CNSP nº 86, de 3 de setembro de 2002, a partir do exercício de 2015.

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge.* A norma será efetiva para o exercício início a partir de 01 de janeiro de 2018, a depender da adoção pela SUSEP. A Seguradora está avaliando os efeitos que a IFRS 9 impactará nas demonstrações financeiras e será concluído até a data da entrada em vigor da norma.

IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes": essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. Essa norma não se aplica ao reconhecimento de receitas financeiras, receitas decorrentes dos contratos de arrendamento e seguros.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Seguradora

2.2 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Milhares de Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Resseguradora.

(b) Conversão e saldos denominados em moeda estrangeira

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço são reconhecidos no resultado do período.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem contas bancárias, depósitos à vista e outros ativos de curto prazo (vencimento original de três meses ou período menor) de alta liquidez e com baixo risco de variação no valor justo de mercado.

2.4 Ativos financeiros

(a) Classificação e mensuração

A Resseguradora classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação a cada data de balanço, segundo as regras restritas do CPC 38 para transferências (ou reclassificações) entre categorias. Todos os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e quaisquer diferenças entre o valor justo e consideração paga pela Resseguradora para a aquisição do ativo (também conhecida como *day-one profits/losses*) são reconhecidas no resultado do período somente quando a Resseguradora possui a capacidade de observação direta no mercado de fatores ou premissas de precificação dos ativos. A Resseguradora utiliza como critério de reconhecimento inicial de um instrumento financeiro (para todas as categorias de ativos ou passivos financeiros) o método de compra e venda regular pela data de negociação, ou seja, o reconhecimento de um ativo financeiro a ser recebido e um passivo financeiro a ser pago na data da negociação (data em que a Resseguradora se torna parte de um contrato) e a baixa de um ativo financeiro e reconhecimento de ganho ou perda no dia em que a negociação ocorre. A Resseguradora classificou seus ativos financeiros como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Esta categoria compreende duas subcategorias: ativos financeiros mantidos para propósito de negociação e ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado na data inicial de sua aquisição. A Resseguradora classifica nesta categoria os ativos financeiros cujo propósito e estratégia de investimento é de manter negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Esta é a classificação utilizada pela Resseguradora para os ativos financeiros em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

(c) Recebíveis, incluindo prêmios a receber de segurados

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis originados de contratos de resseguros, tais como os saldos de prêmios a receber de seguradoras, são classificados pela Resseguradora nesta categoria e são mensurados pelo valor de prêmio aceito. Os outros recebíveis da Resseguradora compreendem os

continua...

...continuação

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

demais contas a receber. A recuperabilidade de todos os recebíveis são avaliados para *impairment* (recuperação) a cada data de balanço (vide Nota 2.5(a)).

(d) Determinação do valor justo dos ativos

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base nos preços atuais de compra (*bid prices*). Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Resseguradora estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação.

2.5 Análise de recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros (*impairment*)

(a) Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo prêmios a receber de seguradoras e resseguradoras)

A Resseguradora avalia periodicamente se há evidência de que um determinado ativo classificado na categoria de recebíveis (ou se um grupo de ativos) esteja deteriorado ou *impaired*.

Caso um ativo financeiro seja considerado como *impaired*, a Resseguradora somente registra a perda no resultado do período se houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento do ativo financeiro nesta categoria e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade pela administração. As perdas são registradas e controladas em uma conta retificadora do ativo financeiro. Para a análise de *impairment*, a Resseguradora utiliza diversos fatores observáveis que incluem:

- Dificuldades significativas do emissor ou do devedor;
- Quebra de termos contratuais, tais como *default* ou não cumprimento dos pagamentos devidos pelo devedor e provável que o emissor ou devedor entre em falência ou concordata;
- Desaparecimento de um determinado ativo de um mercado ativo (para títulos e valores mobiliários);
- Informações observáveis que indicam que há uma redução mensurável dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos (para o acesso coletivo de *impairment*), embora esta redução não possa ser atribuída individualmente para os ativos individualmente não significativos.

(b) Ativos financeiros avaliados ao valor justo

A Resseguradora avalia periodicamente se há evidência objetiva de que um ativo classificado como mantido para negociação está individualmente *impaired*. Perdas para *impairment* em instrumentos de capital que são registradas no resultado do período não são revertidas. Para instrumentos de dívida, as perdas com *impairment* registradas são revertidas quando se o valor justo do instrumento financeiro aumentar e se o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a data que a perda por i*mpairment* foi inicialmente reconhecida.

(c) Ativos não financeiros

Ativos não financeiros sujeitos a depreciação são avaliados para *impairment* quando ocorram eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do exercício para o valor pelo qual o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável do ativo. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos).

Os ativos registrados como custos de aquisição diferidas de contratos de seguros são avaliados, quanto à sua recuperabilidade, segundo o Teste de Adequação de Passivos (TAP ou LAT) (vide Política Contábil 2.10.3).

2.6 Custos incorridos na aquisição dos contratos de seguros

A Resseguradora registra como um ativo (custos de aquisições diferidos) os gastos que são diretamente incrementais e relacionados à originação ou renovação de contratos de resseguro, e que possam ser avaliados com confiabilidade. Os demais gastos são registrados como despesa, conforme incorridos.

Esses custos são amortizados de acordo com o tipo de contrato, vigência do risco e base de cessão do mesmo.

2.7 Ativo intangível

O ativo intangível representam ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física desenvolvidos internamente. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável, e que seja provável que existam benefícios econômicos futuros. Os ativos intangíveis estão representados por sistema de processamento de dados (*software*) que estão contabilizados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, calculado pelo método linear.

2.8 Passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Resseguradora não possui passivos financeiros relevantes, e os mesmos possuem vencimento no curto prazo (até 360 dias).

2.9 Contratos de resseguro e contratos de investimento - classificação

Na adoção inicial do CPC 11, a Resseguradora efetuou o processo de classificação de todos os contratos de resseguro e retrocessão com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes no contrato. Na data de adoção, a Resseguradora não identificou contratos classificados como "Contratos de investimento" na aplicação inicial do CPC 11.

Os contratos de retrocessão também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11. Todos os contratos de retrocessão foram classificados como contratos de resseguro por transferirem risco significativo entre as partes no contrato.

2.10 Avaliação de ativos e passivos originados de contratos de seguro

2.10.1 Avaliação de ativos de contratos de resseguro

A política de risco de crédito da AIG Resseguros prevê que somente resseguradores classificados com *rating* de crédito de acordo com as normas do regulador local (SUSEP) sejam considerados no curso normal de seus negócios. Os ativos de retrocessão são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) dos ativos de retrocessão com os resseguradores. Os ativos de retrocessão são avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de resseguro que foram objeto de retrocessão e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos.

A Resseguradora acessa a recuperabilidade (*impairment*) dos ativos de resseguro regularmente e no mínimo a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de *impairment*, a Resseguradora reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período. Segundo diretrizes do CPC 11, a Resseguradora utiliza uma metodologia similar àquela utilizada para ativos financeiros mantidos até o vencimento para determinar que há evidência objetiva de deterioração em um ativo de
resseguro (vide metodologia descrita na Nota 2.5). Consequentemente, as perdas para *impairment* são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros, conforme regras do CPC 11. Esta metodologia também leva em consideração disputas e casos específicos que são analisados pela administração quanto à documentação e trâmite do processo de recuperação junto aos resseguradores

2.10.2 Passivos de contratos de seguro

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos na Resolução CNSP nº 321/15 e alterações posteriores, Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores e documento de Orientações da Susep ao mercado. Ainda, uma auditoria atuarial independente, com periodicidade anual, é realizada com o objetivo de avaliar os principais procedimentos e cálculos atuariais relacionados a provisões técnicas, operações de cessão, limites de retenção, valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, capital mínimo requerido, dentre outros aspectos que afetam a solvência da Companhia. O relatório da auditoria atuarial independente é encaminhado à Superintendência de Seguros Privados, com o respectivo parecer atuarial. Adicionalmente, a Resseguradora não identificou situações onde tenha utilizado excesso de prudência, conforme definido pelo CPC 11 e Circular SUSEP nº 517, de 2015 e alterações posteriores, na avaliação de contratos de seguro.

(a) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)

A PPNG é constituída pela parcela de prêmio de resseguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, incluindo a parcela de variação cambial nos casos de riscos em moeda estrangeira, de acordo com as normas da SUSEP. O seu cálculo é realizado pelo diferimento da parcela de prêmio de resseguros, estimada ou efetiva, pela sua respectiva vigência, de acordo com o tipo do contrato e base de cessão do mesmo.

(b) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG-RVNE)

A PPNG-RVNE é constituída pela parcela de prêmio de resseguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, referente aos contratos já vigentes mas ainda não emitidos, no caso de contratos automáticos, e referente aos riscos já vigentes mas não emitidos, no caso de contratos facultativos. Essa provisão é feita através de cálculos estatísticos visando estimar todos os riscos vigentes no qual deve-se ter reserva caso tenha a ocorrência de um sinistro.

(c) Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP) (*Liability Adequacy Test* (LAT)), de acordo com o disposto na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

O resultado do TAP será apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos, e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas (mais detalhes sobre o TAP, Nota 2.10.3).

(d) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

Constituída por estimativa de pagamentos prováveis de indenizações e despesas de sinistros, determinada com base nos avisos de sinistros individuais recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação.

Adicionalmente, na metodologia utilizada para estimar o IBNR é calculada uma provisão de sinistros estimados, destinada à cobertura dos ajustes de estimativas da provisão de sinistros a liquidar (IBNER), considerando inclusive aqueles processos cíveis relacionados a sinistros, cujo valor pode exceder aos valores contratados, gerados entre a data de aviso e a data de pagamento do sinistro.

(e) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (Provisão de IBNR)

O IBNR é constituído com o objetivo de cobrir os sinistros já ocorridos, porém ainda não avisados e cadastrados na Resseguradora. A metodologia adotada se baseia na análise estatística do desenvolvimento do sinistro, conhecida como "triângulo de *run-off*", desde sua ocorrência até o pagamento. Através dessa análise é possível estimar o sinistro final por cada trimestre de ocorrência de sinistro, sendo a diferença entre o sinistro final e o sinistro já registrado, o IBNR.

(f) Custo de aquisição diferida (DAC)

A DAC é constituída pela parcela de comissão de resseguros correspondente ao período de risco ainda não decorrido, de acordo com as normas da SUSEP. A provisão relativa às operações de retrocessão é constituída com base em informações recebidas de outros retrocedentes.

2.10.3 Teste de adequação dos passivos (*Liability Adequacy Test* (LAT))

Conforme requerido pelo CPC 11 e Circular SUSEP nº 517, de 2015 e alterações posteriores, em cada data de balanço a Resseguradora elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado calculando a diferença entre todos os passivos de contratos de seguro contabilizados permitidos segundo o CPC 11, deduzidos dos custos de aquisição diferidas do ativo circulante diretamente relacionados aos contratos de seguros e o valor presente dos passivos projetados por análises atuariais de fluxo de caixa. Conforme determinação regulatória são realizadas duas análises separadas, sendo uma para riscos aceitos e outra para prêmios futuros. Ainda, a análise de riscos aceitos deve ser segregada entre fluxos de sinistros a ocorrer e fluxos de sinistros ocorridos.

Para o teste dos riscos já assumidos, referente às reservas de sinistros ocorridos não foi identificada nenhuma insuficiência. Para o teste dos riscos já assumidos, referente aos sinistros a ocorrer, foi contabilizada uma reserva adicional, na conta de PCC, no valor de R$ 21.522 Bruta de Resseguros e 100% de cessão em resseguro, o que resulta em um impacto líquido nulo.

2.10.4 Outras provisões, ativos e passivos contingentes

A Resseguradora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida a Resseguradora não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

2.11 Políticas contábeis para reconhecimento de receita

2.11.1 Reconhecimento de prêmio emitido de contratos de resseguro

As receitas de prêmio dos contratos de resseguro são reconhecidas proporcionalmente, e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices.

Nos contratos de resseguro facultativo, considera-se prêmio emitido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo de vigência do risco.

Nos contratos de resseguro automático o prêmio emitido é apurado da seguinte forma:

- Contratos proporcionais - O prêmio emitido é o valor calculado para cada risco emitido conforme percentual pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo de vigência do contrato de resseguro.
- Contratos não proporcionais - O prêmio emitido é o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo de vigência do contrato de resseguro.

2.11.2 Receitas instrumentos financeiros

As receitas de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do exercício segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno.

2.12 Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social dos períodos reportados inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos de impostos diferidos. A Resseguradora reconhece no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social.

Os impostos correntes são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. O imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 20% a partir de setembro de 2015, anteriormente 15%, em decorrência da Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015 que elevou a alíquota da Contribuição Social para 20% com vigência a partir de 1º de setembro de 2015.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social sobre o lucro e diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos destes ativos e passivos. As taxas utilizadas para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis.

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS UTILIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de resseguros

As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de resseguros da Resseguradora representam a área onde se aplicam estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Resseguradora irá liquidar em última instância. A Resseguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada, indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração e atuários da Resseguradora para a definição de premissas atuariais, e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de resseguro de grandes riscos. A Resseguradora divulga análises de sensibilidade para estas premissas na Nota 4.1.

4 GESTÃO DE RISCO DE SEGURO, RISCO FINANCEIRO E RISCO DE CAPITAL

4.1. Gestão de risco de seguro

O risco em qualquer contrato de seguro é a possibilidade que um evento ocorra, ou não e em função deste se caracterize um sinistro. A natureza de um contrato de seguro determina que o risco deva ser aleatório e não previsto. A Resseguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade de que o evento de seguro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo de seguro são aqueles contratos onde a Resseguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento segurado ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento segurado não ocorra.

A Resseguradora gerencia os contratos de resseguros através de políticas internas de subscrição, nesta inclui-se limites para cada subscritor conforme sua experiência, política de preços para cada tipo de risco, monitoramento do resultado e a escolha de resseguradores aprovados pelo Comitê de Crédito. No momento de definir o prêmio de resseguros é aplicada a teoria da probabilidade e juntamente com a experiência histórica, determinamos o prêmio necessário para cobrir os riscos, bem como os níveis de reservas necessárias (*net carring amount*). O risco principal que possuímos é de os sinistros superarem as estimativas realizadas no momento da constituição de reserva, resultando em um valor insuficiente para arcar com os custos futuros. Isso pode ocorrer se a frequência de sinistros ou sua severidade forem maiores do que o estimado.

Para reduzir esse risco trabalhamos com a teoria do mutualismo, onde procuramos ter uma carteira com exposição consistente para reduzir a variabilidade dos resultados esperados (frequência e severidade), e fazemos o acompanhamento das taxas aplicadas, frequência e severidade, e dos resultados. Além disso, trabalhamos em diversas linhas de produto, diversificando assim a exposição a apenas um tipo de negócio.

A Resseguradora efetua a gestão de risco de seguro conforme matriz de riscos previamente definida e com base em contratos que possuem riscos similares ou que são gerenciados em conjunto. Nossa matriz de riscos está distribuída da seguinte forma:

Consumer Lines (pessoa física)

- Acidentes pessoais
- Automóvel
- Garantia estendida
- Vida em grupo
- Propriedade pessoal

Commercial lines (pessoa jurídica)

- Aeronáutico
- Responsabilidade civil geral excedente
- Responsabilidade civil geral
- Propriedade
- Gerenciamento de crises
- Engenharia/Energia
- Ambiental
- Riscos financeiros
- Transportes
- Contas internacionais
- Grandes propriedades
- Garantia
- Risco de crédito

Segue abaixo a concentração de risco aberto por ramo e região, salientando que segundo o disposto no inciso III do artigo 2º da Circular SUSEP nº 521/2015 "na definição dos segmentos de mercado, deverá ser considerada a região 2 (dois - Sul e Sudeste)":

Grupo por segmento	Região	2016	2015
Patrimonial	2	(1.222)	15.461
Riscos especiais	2	(266)	1.585
Responsabilidades	2	9.195	9.026
Transportes	2	(4)	174
Riscos financeiros	2	(719)	(183)
Pessoas coletivos	2	179	295
Rural	2	1.570	1.551
Outros	2	-	30.552
Pessoas individual	2	112	-
Marítimos	2	6.009	5.278
Aeronáuticos	2	379	(8)
		15.233	**63.731**

(b) Política de resseguros

Quaisquer riscos que excedam os limites de subscrição locais são submetidos à matriz para aprovação. Para minimizar os riscos da Resseguradora, contamos ainda com os contratos de retrocessão. Os limites de subscrição existem para impor critérios de seleção adequados de risco. Os contratos de retrocessão incluem contratos de excesso de danos, quota e coberturas de catástrofe.

(c) Análises de sensibilidade

A Resseguradora elabora análises de sensibilidade periodicamente onde são testadas mudanças nas premissas atuariais mais significativas utilizadas em seus modelos de avaliação de contratos de seguro. As análises de sensibilidade apresentadas a seguir representam a melhor estimativa da administração da Resseguradora quanto aos fatores de risco de seguro que impactam nossos contratos e são integradas à nossa política e matriz de monitoramento de risco de seguro, e consequentemente não garantem que os fatores de risco venham a se comportar conforme previsto, onde os resultados reais observados em períodos futuros podem divergir significativamente dos resultados apresentados a seguir:

Consumer Lines		31 de dezembro de 2016			
		Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
Premissas atuariais	**Variação**	**Patrimônio líquido**	**Resultado**	**Patrimônio líquido**	**Resultado**
Sinistralidade	(20%)	15	25	15	25
Sinistralidade	20%	(15)	(25)	(15)	(25)
Câmbio Projetado	(20%)	15	25	15	25
Câmbio Projetado	20%	(15)	(25)	(15)	(25)
Commercial Lines					
		Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
Premissas atuariais	**Variação**	**Patrimônio líquido**	**Resultado**	**Patrimônio líquido**	**Resultado**
Sinistralidade	(20%)	7.566	12.611	1.399	2.332
Sinistralidade	20%	(7.566)	(12.611)	(1.399)	(2.332)
Câmbio Projetado	(20%)	37.896	63.160	2.525	4.208
Câmbio Projetado	20%	(37.897)	(63.161)	(2.525)	(4.208)

Consumer Lines		31 de dezembro de 2015			
		Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
Premissas atuariais	**Variação**	**Patrimônio líquido**	**Resultado**	**Patrimônio líquido**	**Resultado**
Sinistralidade	(20%)	6	11	6	11
Sinistralidade	20%	(6)	(11)	(6)	(11)
Câmbio Projetado	(20%)	-	-	-	-
Câmbio Projetado	20%	-	-	-	-

continua...

...continuação

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016 — Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Commercial Lines

Premissas atuariais	Variação	Bruto de resseguro: Patrimônio líquido	Bruto de resseguro: Resultado	Líquido de resseguro: Patrimônio líquido	Líquido de resseguro: Resultado
Sinistralidade	(20%)	5.650	9.417	2.005	3.341
Sinistralidade	20%	(5.650)	(9.417)	(2.005)	(3.341)
Câmbio Projetado	(20%)	46.226	77.044	3.577	5.962
Câmbio Projetado	20%	(46.226)	(77.044)	(3.577)	(5.962)

Os valores apresentados acima demonstram o quanto o resultado da Resseguradora será afetado por conta das variações propostas. Resultados negativo ou positivo nos testes de sensibilidade acima não refletem diretamente nas provisões da Resseguradora já que, nas provisões da Resseguradora, especificamente as provisões de prêmios, contém uma parcela para cobrir o lucro futuro esperado. Somente seria necessário um aumento das provisões caso o valor presente, para os casos que diminuiriam o resultado da Resseguradora demonstrado nos testes de sensibilidade, fosse maior do que a margem de lucro estimada nas reservas de prêmios.

4.2 Gestão de riscos financeiros e liquidez

A AIG RE determina em sua política de gestão de riscos, que o risco de liquidez é o risco onde recursos de caixa possam não estar disponíveis para pagar obrigações futuras quando vencidas. A política de gestão de risco da Resseguradora não possui tolerância ou limites para risco de liquidez e possuímos o compromisso de honrar todos os passivos de seguros e passivos financeiros quando vencidos em suas datas contratuais ou quando os processos de sinistros atenderem todos os critérios exigidos para a pronta liquidação. A Resseguradora está exposta a uma série de riscos financeiros transferidos por diversos ativos e passivos financeiros. Para mitigar os riscos financeiros significativos a Resseguradora utiliza uma abordagem ativa de gestão de ativos e passivos e leva em consideração a estrutura de Asset & Liability Management (ALM).

Abertura por período de formação dos ativos financeiros da Resseguradora estão apresentados nas Notas 6 e 7.

4.3 Gestão de risco de mercado

Entende-se por risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições ativas e passivas.

A AIG RE está sujeita a riscos de mercado originados de ativos e passivos financeiros e contratos de seguros. Para reduzir a exposição às variações nas taxas de juros do mercado brasileiro, a AIG RE utiliza algumas estratégias de gestão de riscos para a manutenção da rentabilidade dos seus negócios, margem de juros e risco de liquidez, em níveis determinados conforme sua política de gestão de risco e abordagem (bem como limites operacionais) determinados por nossa matriz. Adicionalmente, a Resseguradora emite certos contratos de seguros cujos passivos são impactados, ou denominados, em moeda estrangeira, onde os fluxos de caixa a serem liquidados (ou pagos) aos segurados são afetados pela variabilidade das taxas de câmbio periodicamente e subsequentemente nos períodos de liquidação das obrigações originadas destes contratos.

Para todos os instrumentos financeiros, o CPC 40 requer a divulgação por nível relacionado à mensuração do valor justo com base nos seguintes níveis:

- Preços quotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (Nível 1).
- *Input* outro que preços quotados incluídos em Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado dos preços) (Nível 2).

A Resseguradora possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros prontamente disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez.

As tabelas a seguir apresentam todos os ativos financeiros detidos pela Resseguradora classificados como mensurados ao valor justo:

	2016		
	Nível 1	Nível 2	Saldo contábil
Ativos financeiros mantidos para Negociação			
Títulos públicos federais	49.753	-	49.753
Títulos privados	-	58.211	58.211
Cotas fundos exclusivos	57.287	-	57.287
Cotas fundos Mútuo	13.042	-	13.042
Total mantidos para negociação	**120.082**	**58.211**	**178.293**

	2015		
	Nível 1	Nível 2	Saldo contábil
Ativos financeiros mantidos para Negociação			
Títulos públicos federais	28.923	-	28.923
Títulos privados	-	70.477	70.477
Cotas fundos exclusivos	30.821	-	30.821
Cotas fundos Mútuo	15.593	-	15.593
Total mantidos para negociação	**75.337**	**70.477**	**145.813**

A tabela apresentada a seguir leva em consideração a melhor estimativa da administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do exercício e sobre o patrimônio líquido da Resseguradora considerando os porcentuais de variação abaixo indicados:

Variável Financeira	Variação	Impacto em 31 de dezembro de 2016: Patrimônio Líquido	Impacto em 31 de dezembro de 2016: Resultado	Impacto em 31 de dezembro de 2015: Patrimônio Líquido	Impacto em 31 de dezembro de 2015: Resultado
Taxa de Juros	(1,5%)	1.535	2.558	1.918	3.197
Taxa de Juros	1,5%	(1.648)	(2.747)	(2.083)	(3.471)
Câmbio Projetado	(20%)	2.540	4.233	3.577	5.962
Câmbio Projetado	20%	(2.540)	(4.233)	(3.577)	(5.962)

Em função da AIG Resseguros classificar os ativos como para negociação, ao realizar a análise de sensibilidade com os ativos da carteira de investimentos na data-base, o impacto direto é refletido integralmente no resultado da Resseguradora. Porém, o patrimônio líquido também sofre um impacto indireto de mesma magnitude.

4.4 Gestão de risco de crédito

Pulverização de risco é a distribuição de um seguro pelo maior número possível de seguradores, realizada por meio de resseguro ou retrocessões, de modo que o risco não venha a constituir, por maior que seja sua importância, perigo iminente para a estabilidade da carteira objeto do seguro.

A AIG Re distribui seus riscos em conformidade com as disposições estabelecidas no Decreto-Lei nº 73, de 1966, alterado pela Lei Complementar nº 126, de 2007, e obedece aos critérios estabelecidos pela Resolução CNSP nº 321/15 e alterações posteriores.

Adicionalmente, a Resseguradora possui uma rigorosa política de risco de crédito para aquisição de ativos financeiros e contratação de resseguro no mercado aberto, a qual segue as políticas da matriz, onde existem diversos indicadores impostos para limitar a exposição ao risco de crédito caso as contrapartes de nossas operações não possuam *rating* de crédito igual ou superior àqueles estabelecidos em nossa política.

A política de aplicações financeiras adotada pela administração da AIG RE estabelece as instituições financeiras com as quais a Resseguradora e suas controladas podem operar, os limites de alocação de recursos e os objetivos. A Resseguradora adota o critério de aplicar seus recursos em instituições sólidas ou adquire títulos públicos federais, cuja classificação de risco seja considerada como alto *rating* de crédito.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, nossa carteira foi pulverizada basicamente entre Resseguradoras admitidas (99%), cujos *ratings* de crédito estão avaliados em A.

Os *ratings* considerados pela AIG RE para aceitação da distribuição de seus riscos financeiros foram extraídos de *sites* de órgãos classificadores, sendo estes: Standard & Poors, Fitch, Moody's e AM Best. Tais classificações também estão disponíveis no *site* da SUSEP, com as mesmas fontes.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos detidos pela Resseguradora distribuídos por *rating* de crédito. Os ativos classificados na categoria "sem *rating*" compreendem substancialmente valores a serem recebidos de estipulantes que não possuem *rating* de crédito individuais.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	AAA	AA+	AA-	A	A-	BB	B+	Sem *Rating*	Saldo contábil
31 de dezembro de 2016									
Ativos financeiros									
Ativos financeiros mantidos para negociação									
Ativos pré-fixados									
Públicos	-	-	-	-	-	29.967	-	-	29.967
Privados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos pós-fixados									
Públicos	-	-	-	-	-	19.786	-	-	19.786
Privados	4.352	10.394	38.717	2.578	1.880	-	290	-	58.211
Cotas Fundos									
Exclusivo (*)	-	-	-	-	-	-	-	57.287	57.287
Mútuo	-	-	-	-	-	-	-	13.042	13.042
Total Instrumentos financeiros	**4.352**	**10.394**	**38.717**	**2.578**	**1.880**	**49.753**	**290**	**70.329**	**178.293**

(*) O saldo do fundo exclusivo é composto integralmente por títulos públicos federais com vencimento entre 09/2017 e 09/2021.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A-	Sem *Rating*	Saldo contábil
31 de dezembro de 2015								
Ativos financeiros								
Ativos financeiros mantidos para negociação								
Ativos pré-fixados								
Públicos	19.013	-	-	-	-	-	-	19.013
Privados	11.312	-	-	-	-	-	-	11.312
Ativos pós-fixados								
Públicos	9.909	-	-	-	-	-	-	9.909
Privados	14.874	20.758	12.013	8.312	1.658	1.550	-	59.165
Cotas Fundos								
Exclusivo (*)	-	-	-	-	-	-	30.821	30.821
Mútuo	-	-	-	-	-	-	15.593	15.593
Total Instrumentos financeiros	**55.108**	**20.758**	**12.013**	**8.312**	**1.658**	**1.550**	**46.414**	**145.813**

(*) O saldo do fundo exclusivo é composto integralmente por títulos públicos federais com vencimento entre 09/2017 e 09/2021.

4.5 Gestão de risco de capital

A Resseguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de resseguros e para o segmento financeiro segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP.

A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital da Resseguradora através da otimização de ambos o nível e diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Resseguradora.

Os principais objetivos da Resseguradora em sua gestão de capital são: (a) manter níveis de capital suficientes para atender requerimentos regulatórios mínimos determinados pela SUSEP, (b) otimizar retornos sobre capital para os acionistas.

Durante o período de reporte a Resseguradora não manteve níveis de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios.

Para o requerimento de capital mínimo, a resseguradora segue os dispostos da Resoluções CNSP nº 283/2013 que dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital de risco baseado no risco operacional, CNSP nº 321/2015 que trata do capital de risco de subscrição e do capital de risco de crédito e Circular SUSEP nº 517/2015.

Consideram-se, para efeito das citadas resoluções, os conceitos a seguir:

I - Capital-base: montante fixo de capital no valor de R$ 60.000, que uma resseguradora local deverá manter, a qualquer momento.

II - Capital adicional: montante variável de capital que a entidade supervisionada deverá manter, a qualquer momento, para poder garantir os riscos inerentes a sua operação, conforme disposto em regulamentação.

Conforme requerido, o patrimônio líquido ajustado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016 estão demonstrados a seguir:

	2016	2015
Ajustes contábeis		
Patrimônio líquido ajustado - subtotal (+/-)	**95.301**	**82.201**
Ajustes associados à variação dos valores econômicos		
Patrimônio líquido ajustado (total) = PLA (subtotal) + ajustes associados à variação dos valores econômicos (+/-)	**95.301**	**82.201**
Capital-Base (CB)	**60.000**	**60.000**
Capital Adicional de Subscrição (CAS)	14.162	21.938
Capital Adicional Risco de Crédito	19.252	19.420
Risco de Mercado (i)	2.370	-
Benefício da Diversificação	(5.967)	(5.518)
Capital Adicional de Risco Operacional (CROPER)	2.176	2.280
Capital de Risco (ii)	**31.993**	**38.120**
Capital Mínimo Requerido (iii)	**60.000**	**60.000**
Suficiência de capital (iv)	35.301	22.201
Suficiência de ativos garantidores - vide (Nota 9)	112.930	86.695
Liquidez em relação ao capital de risco (20% do capital de risco (CR))	6.399	7.624
(=) Excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas superior a 20% capital de risco	**106.531**	**79.071**

(i) De acordo com o resolução CNSP nº 321/2015, o valor de risco de mercado utilizado corresponde a 50% do montante apurado na parcela CRmer.

(ii) Correspondente à soma do capital adicional de subscrição, crédito, mercado, benefício da diversificação e do capital de risco operacional.

(iii) O capital mínimo requerido é o maior valor entre o capital-base e o capital de risco.

(iv) A partir de 2014, o CNSP passou a exigir que as empresas supervisionadas ofereçam, no mínimo, 20% de seu Capital Mínimo Requerido-CMR em títulos do tesouro Nacional ou fundos compostos por esses títulos.

5 CAIXA E BANCOS

	2016	2015
Numerário e depósitos à vista em instituições financeiras	13.385	11.640
Total de caixa e equivalentes de caixa	**13.385**	**11.640**

6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Fluxo de caixa contratual e não descontado: Sem vencimento	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Saldo contábil	Percentual por categoria
31 de dezembro de 2016						
Ativos financeiros						
Mantidos para negociação						
Cotas Fundos						
Exclusivo (*)	57.287	-	-	-	57.287	32
Cotas de fundos mútuos	13.042	-	-	-	13.042	7
Ativos prefixados						
Públicos	-	16.462	-	13.505	29.967	17
Privados	-	-	-	-	-	-
Ativos pós-fixados						
Públicos	-	5.573	-	14.213	19.786	11
Privados	-	16.606	19.279	22.326	58.211	33
Total ativos financeiros	**70.329**	**38.641**	**19.279**	**50.044**	**178.293**	**100**

(*) O saldo do fundo exclusivo é composto integralmente por títulos públicos federais com vencimento entre 09/2017 e 09/2021.

	Fluxo de caixa contratual e não descontado: Sem vencimento	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Saldo contábil	Percentual por categoria
31 de dezembro de 2015						
Ativos financeiros						
Mantidos para negociação						
Cotas Fundos						
Exclusivo (*)	30.821	-	-	-	30.821	21
Cotas de fundos mútuos	15.593	-	-	-	15.593	11
Ativos prefixados						
Públicos	-	2.922	16.091	-	19.013	13
Privados	-	11.312	-	-	11.312	8
Ativos pós-fixados						
Públicos	-	-	-	9.909	9.909	7
Privados	-	9.412	535	49.218	59.165	40
Total ativos financeiros	**46.414**	**23.646**	**16.626**	**59.127**	**145.813**	**100**

(*) O saldo do fundo exclusivo é composto integralmente por títulos públicos federais com vencimento entre 09/2017 e 09/2021.

A tabela abaixo demonstra a taxa de juros contratada das aplicações financeiras:

	2016	2015
Fundo soberano (exclusivo)	SELIC, CDI	SELIC, IPCA
Títulos em tesouraria (Públicos e Privados)	Pré-fixado, CDI,SELIC, IPCA	Pré-fixado, CDI/SELIC
Fundo Cambial	Dólar	Dólar

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

	31 de dezembro de 2016: Valor do Investimento na Curva	Ajuste da Marcação a Mercado	Valor da Marcação a Mercado
Títulos Renda Fixa Privados	58.265	(54)	58.211
Títulos Renda Fixa Públicos	49.519	234	49.753
Cotas Fundos Exclusivo	57.287	-	57.287
Mútuo	13.042	-	13.042
Total Mantido para Negociação	**178.113**	**180**	**178.293**

	31 de dezembro de 2015: Valor do Investimento na Curva	Ajuste da Marcação a Mercado	Valor da Marcação a Mercado
Títulos Renda Fixa Privados	59.373	(209)	59.164
Títulos Renda Fixa Públicos	40.406	(171)	40.325
Cotas Fundos			
Exclusivo	30.821	-	30.821
Mútuo	15.593	-	15.593
Total Mantido para Negociação	**146.193**	**(380)**	**145.813**

Movimentação das aplicações financeiras

	2016	2015
Saldo inicial	145.813	107.209
Aplicações	134.002	167.154
Resgates	(118.399)	(147.568)
Rendimento	16.877	19.018
Saldo final	**178.293**	**145.813**

continua...

...continuação

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

2016							
Segmento	Prêmios efetivos de resseguros	Comissões efetivas de resseguros	Prêmios RVNE	Comissões de RVNE de resseguros	Sinistros	Provisão por *impairment*	Total
Aeronáuticos	2.785	(305)	262	(43)	4.127	-	6.826
Marítimos	3.210	(549)	521	(63)	217	(467)	2.869
Patrimonial	3.852	(1.156)	1.013	(218)	2.712	(82)	6.121
Pessoas coletivo	109	(38)	-	-	-	-	71
Pessoas individual	107	-	-	-	-	-	107
Responsabilidades	3.967	(1.181)	1.447	(446)	6	(94)	3.699
Riscos especiais	151	(33)	62	(9)	-	(11)	160
Riscos financeiros	29.899	(6.186)	10.568	(4.519)	1.518	-	31.280
Rural	-	364	-	-	-	-	364
Outros	-	-	-	-	151	-	151
Transportes	193	-	-	-	-	-	193
Total	**44.273**	**(9.084)**	**13.873**	**(5.298)**	**8.731**	**(654)**	**51.841**
Ativo circulante							51.841
Ativo não circulante							

2015							
Segmento	Prêmios efetivos de resseguros	Comissões efetivas de resseguros	Prêmios RVNE	Comissões de RVNE de resseguros	Sinistros	Provisão por *impairment*	Total
Aeronáuticos	1.579	(371)	693	(136)	1.842	(50)	3.557
Marítimos	5.082	(666)	576	(75)	852	(33)	5.736
Outros (*)	-	-	-	-	151	-	151
Patrimonial	10.945	(2.082)	12.494	(2.521)	3.896	(250)	22.482
Pessoas coletivo	268	(68)	20	(7)	-	-	213
Responsabilidades	3.632	(1.079)	2.549	(722)	47	(42)	4.385
Riscos especiais	383	306	315	(52)	-	(95)	857
Riscos financeiros	15.005	(3.011)	6.204	(1.849)	1.741	-	18.090
Total	**36.894**	**(6.971)**	**22.851**	**(5.362)**	**8.529**	**(470)**	**55.471**
Ativo circulante							55.313
Ativo não circulante							146

(*) Contempla principalmente o segmento de *consumer lines*.

7.1 Composição da carteira por classe e categoria contábil

		Ativos vencidos e não *impaired*						
Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos e não *impaired*	De 0 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 180 dias	Ativos *impaired*	Saldo contábil em 31 de dezembro de 2016
Prêmios a receber resseguro assumido	14.461	24.523	783	805	2.956	744	(643)	43.629
Comissões efetivas de resseguros	(3.470)	(4.322)	(674)	(436)	64	(245)	-	(9.083)
Prêmios estimados	13.873	-	-	-	-	-	-	13.873
Comissões estimadas	(5.298)	-	-	-	-	-	-	(5.298)
Sinistros	8.731	-	-	-	-	-	(11)	8.720
	28.297	**20.201**	**109**	**369**	**3.020**	**499**	**(654)**	**51.841**

		Ativos vencidos e não *impaired*						
Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos e não *impaired*	De 0 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 180 dias	Ativos *impaired*	Saldo contábil em 31 de dezembro de 2015
Prêmios a receber resseguro assumido	28.768	1.249	2.880	660	1.085	2.251	(451)	36.442
Comissões efetivas de resseguros	(6.103)	(112)	(399)	(131)	(216)	(10)	-	(6.971)
Prêmios estimados	22.851	-	-	-	-	-	-	22.851
Comissões estimadas	(5.362)	-	-	-	-	-	-	(5.362)
Sinistros	8.518	-	-	-	-	-	(19)	8.499
	48.672	**1.137**	**2.481**	**529**	**869**	**2.241**	**(470)**	**55.459**

7.2 Movimentação das operações de seguros e resseguros

Saldo em 31 de dezembro de 2014	**66.980**
Prêmios emitidos resseguro assumido	217.096
Prêmios cancelados resseguro assumido	(8.144)
Comissões efetivas de resseguros	841
Recebimentos prêmio de resseguro assumido	(209.143)
Prêmios estimados	(27.338)
Comissões estimadas	10.636
Oscilação cambial	(467)
Sinistros	5.028
Provisão para riscos sobre créditos	(30)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**55.459**
Prêmios emitidos resseguro assumido	122.745
Prêmios cancelados resseguro assumido	(18.414)
Comissões efetivas de resseguros	2.113
Recebimentos prêmio de resseguro assumido	(101.755)
Prêmios estimados	(8.977)
Oscilação cambial	783
Comissões estimadas	(64)
Sinistros	213
Provisão para riscos sobre créditos	(262)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**51.841**

Prazo médio recebimento (dias)

O prazo médio de parcelamento (dias) dos prêmios a receber de resseguro assumido é de 77 dias em 2016 (66 dias em 2015).

Parcelamento médio com base nas emissões

A média geral de parcelamentos com base nas emissões de 3,5 parcelas em 2016 (3,3 parcelas em 2015).

7.3 Operações com seguradoras por segmento

Apresentamos a seguir as operações com seguradoras por segmento:

2016					
Grupo por segmento	Prêmios efetivos de resseguros	Comissões efetivas de resseguros	Prêmios - RVNE Líquido Comissão	Provisão por *impairment*	Total
Aeronáuticos	2.785	(305)	219	-	2.699
Marítimos	3.210	(549)	458	(466)	2.653
Patrimonial	3.708	(1.156)	795	(70)	3.277
Pessoas coletivo	109	(38)	-	-	71
Pessoas individual	107	-	-	-	107
Responsabilidades	3.967	(1.181)	1.001	(94)	3.693
Riscos especiais	151	(33)	53	(12)	159
Riscos financeiros	30.069	(6.186)	6.049	-	29.932
Rural	-	364	-	-	364
Transportes	193	-	-	-	193
Total	**44.299**	**(9.084)**	**8.575**	**(642)**	**43.148**

2015					
Grupo por segmento	Prêmios efetivos de resseguros	Comissões efetivas de resseguros	Prêmios - RVNE Líquido Comissão	Provisão por *impairment*	Total
Patrimonial	10.266	(1.971)	9.974	(234)	18.035
Riscos especiais	383	306	262	(95)	856
Responsabilidades	3.639	(1.079)	1.827	(42)	4.345
Riscos financeiros	15.005	(3.011)	4.355	-	16.349
Pessoas coletivos	268	(68)	13	-	213
Marítimos	5.082	(666)	501	(33)	4.884
Aeronáuticos	1.579	(371)	557	(47)	1.718
Total	**36.222**	**(6.860)**	**17.489**	**(451)**	**46.400**

7.4 Operações com resseguradora

2016				
Grupo de segmento	Prêmios efetivos de resseguros	Sinistros	Provisão por *impairment*	Total
Patrimonial	144	2.712	(12)	2.844
Responsabilidades	-	6	-	6
Riscos financeiros	-	1.348	-	1.348
Outros	-	151	-	151
Marítimos	-	217	-	217
Aeronáuticos	-	4.127	-	4.127
Total	**144**	**8.561**	**(12)**	**8.693**

2015				
Grupo de segmento	Prêmios efetivos de resseguros	Sinistros	Provisão por *impairment*	Total
Patrimonial	567	3.894	(17)	4.444
Responsabilidades	-	29	-	29
Riscos financeiros	-	1.741	-	1.741
Outros	-	151	-	151
Marítimos	-	852	-	852
Aeronáuticos	-	1.844	(2)	1.842
Total	**567**	**8.511**	**(19)**	**9.059**

7.5 *Impairment* - Operações com seguradoras

As perdas para *impairment* foram registradas na conta "Despesas operacionais" no resultado do período. Valores provisionados como perda para *impairment* são baixados (*write-off*) quando não há mais expectativa da administração para a recuperação do ativo financeiro.

Para avaliação de *impairment* de ativos financeiros classificados nesta categoria a Resseguradora utiliza uma metodologia amplamente conhecida como metodologia de perda incorrida que considera se existe evidência objetiva de *impairment* para ativos individualmente significativos. Para o cálculo coletivo de *impairment* a Resseguradora agrupa os ativos em uma base de características de risco de crédito (como por exemplo, *ratings* internos, indústria ou tipos de contrato de seguro para avaliação de prêmios a receber). Estas características são relevantes para a determinação dos índices históricos de perda dos grupos avaliados com base em metodologia de rolagem, amplamente conhecida como *Roll Rate Model*.

A Resseguradora designa os prêmios a receber como *impaired a partir de* estudos econômicos de perda, onde são consideradas emissões feitas em períodos anteriores e elimina eventos de cancelamento de apólices não diretamente associados com perdas originadas por fatores de risco de crédito, tais como cancelamentos, baixa dos ativos por sinistros, emissões incorretas ou modificações de apólices solicitadas por corretores que resultam na baixa do ativo.

A movimentação da provisão para *impairment* de prêmios a receber é demonstrada na tabela a seguir:

	2016	2015
Saldo no início do período	(451)	(423)
Provisões constituídas no período	(9.533)	(8.780)
Reversão de provisões para *impairment*	9.342	8.752
Saldo no final do período	**(642)**	**(451)**

8 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	2016	2015
Crédito tributário - IRPJ sobre diferenças temporárias	253	397
Crédito tributário - CSLL sobre diferenças temporárias	202	319
Crédito tributário - PIS e COFINS Diferido sobre PSL	2.155	-
Total	**2.610**	**716**

	2016	2015
Impostos a compensar	49	295
Antecipação IRPJ	-	5.456
Antecipação CSLL	-	3.389
Total	**49**	**9.140**
Total Créditos tributários e previdenciários	**2.659**	**9.856**

Em 2016 a Resseguradora passou a reconhecer contabilmente PIS e COFINS diferido sobre os saldos contábeis de PSL (Provisão de Sinistros a Liquidar) líquidos dos valores a recuperar junto à Resseguradores - R$ 2.155. Esta metodologia permite a Resseguradora refletir em sua demonstração contábil os efeitos fiscais futuros decorrentes da dedução dos Sinistros Pagos na base de cálculo do PIS e COFINS sobre faturamento.

Tributos diferidos - Ativo	2016	2015
Outras Provisões não dedutíveis	455	715
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	-
Provisão Para Não Realização dos Créditos Tributários	-	-
Total	**455**	**715**
A ser recuperado até 12 meses	455	715
A ser recuperado após 12 meses	-	-
Total	**455**	**715**

A movimentação dos impostos diferidos ativos e passivos durante o ano está apresentada na tabela a seguir:

Tributos diferidos ativos	Outras provisões não dedutíveis	Prejuízo fiscal e base negativa	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**715**	**-**	**715**
Movimentação	(261)	-	(261)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**455**	**-**	**455**

Os registros de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas da contribuição social sobre o lucro, e aqueles decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados, atendem os critérios descritos na circular SUSEP nº 517 e alterações posteriores.

9 GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	2016	2015
Provisões técnicas - resseguradoras (A)	**530.809**	**556.129**
Direitos Creditórios (i)	26.723	36.604
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PPNG	9.201	16.080
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PSL	316.823	378.890
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de IBNR	90.434	63.095
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PDR	743	906
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PCC	21.522	1.436
Total de ativos redutores das necessidade de cobertura (B)	**465.446**	**497.011**
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C=A-B)	**65.363**	**59.118**
Fundos de investimento	70.329	46.413
Títulos de renda fixa	107.964	99.400
Ativos financeiros garantidores (E)	**178.293**	**145.813**
Excedente (E-C-D)	**112.930**	**86.695**

(i) Montante correspondente às parcelas à vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

10 ATIVOS DE RETROCESSÃO - PROVISÕES TÉCNICAS

2016								
Segmento	Prêmio de resseguro diferido - PPNG	Comissões diferidas	Prêmios de retrocessão diferida - RVNE	Comissões diferidas - RVNE	Sinistros pendentes de pagamento	Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão Complementar de Cobertura	Total
Patrimonial	7.418	(2.299)	638	(184)	283.903	17.140	-	306.616
Riscos especiais	1.060	(309)	32	(8)	16	5.768	-	6.559
Responsabilidades	142	(25)	230	(31)	(32)	1.547	-	1.831
Transportes	295	-	-	-	-	2.929	-	3.224
Riscos financeiros	38.696	(14.730)	9.869	(4.153)	31.761	61.654	21.522	144.619
Pessoas individual	-	-	-	-	-	2	-	2
Marítimos	119	5	156	-	471	(1.591)	-	(840)
Aeronáuticos	3.232	(451)	254	(49)	1.446	2.985	-	7.417
Total	**50.962**	**(17.809)**	**11.179**	**(4.425)**	**317.565**	**90.434**	**21.522**	**469.428**
Ativo circulante								464.335
Ativo não circulante								5.093

continua...

...continuação

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

								2015
Segmento	**Prêmio de resseguro diferido - PPNG**	**Comissões diferidas**	**Prêmios de retrocessão diferida - RVNE**	**Comissões diferidas - RVNE**	**Sinistros pendentes de pagamento**	**Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados**	**Provisão Complementar de Cobertura**	**Total**
Patrimonial	13.816	(3.903)	7.665	(2.204)	339.334	19.655	1.030	375.393
Riscos especiais	2.143	(497)	161	(48)	-	2.590	207	4.556
Responsabilidades	590	(56)	379	(84)	67	14.164	-	15.060
Transportes	12	-	-	-	-	2.570	156	2.738
Riscos financeiros	17.785	(5.556)	5.858	(1.747)	29.081	9.925	-	55.346
Marítimos	384	5	193	(11)	1.595	1.002	43	3.211
Aeronáuticos	4.805	(751)	688	(135)	9.719	13.189	-	27.515
Total	**39.535**	**(10.758)**	**14.944**	**(4.229)**	**379.796**	**63.095**	**1.436**	**483.819**
Ativo circulante								477.694
Ativo não circulante								6.125

11 CONTAS A PAGAR

11.1 Obrigações a pagar

	2016	2015
Juros sobre capital próprio	3.825	2.977
Dividendos	2.033	1.953
Participação nos lucros	79	254
Outras obrigações a pagar	48	16
Contribuições sindicais	5	-
Provisão de bônus	18	115
Pensão alimentícia	2	1
Plano de benefícios a empregados	17	23
Outras obrigações a pagar	44	-
	6.071	**5.339**

11.2 Impostos e encargos sociais a recolher

	2016	2015
IRRF sobre folha pagamento	6	21
IRRF terceiros	1	1
IRRF terceiros Mf	2	-
CSL/PIS/COFINS terceiros	5	-
IRRF sobre juros sobre capital próprio	675	526
Imposto sobre serviço	1	-
INSS sobre folha pagamento	6	17
Contribuição para FGTS	-	6
	696	**571**

11.3 Impostos e contribuições

	2016	2015
Imposto de renda	1.219	1.962
Contribuição social	933	1.106
Cofins	995	560
Cide	2	-
PIS/PASEP	162	91
PIS sobre remessa ao exterior	-	2
Total	**3.310**	**3.721**

11.4 Outras contas a pagar

	2016	2015
Provisão de publicação de Balanço	155	164
Contas a pagar	7	13
Custos administrativos pagos por terceiros	2.397	3.250
Provisão de multas á Susep a pagar	88	184
	2.647	**3.611**

12 TRIBUTOS DIFERIDOS

	2016	2015
Imposto de Renda	584	-
Contribuição Social	467	-
	1.051	**-**

	2016	2015
Outros ajustes temporários	1.051	-
Total	**1.051**	**-**
Passivo circulante	**-**	
Passivo não circulante	**1.051**	
A ser realizado até 12 meses	-	
A ser realizado após 12 meses	1.051	
Total	**1.051**	

A movimentação dos impostos diferidos passivos durante o ano está apresentada na tabela a seguir:

Tributos Diferidos Passivos	Outros ajustes temporários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**-**	**-**
Movimentação	1.051	1.051
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**1.051**	**1.051**

Em 2016 a Resseguradora passou a reconhecer passivo fiscal diferido no montante de R$ 1.051 decorrentes de diferenças temporárias que se tornarão obrigações fiscais no futuro, atendendo aos critérios descritos na circular SUSEP nº 517 e alterações posteriores (nota 14). As taxas utilizadas para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial, sendo 25% para o Imposto de Renda e 20% para a Contribuição Social.

13 OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS - PASSIVO

	2016	2015
Resseguradoras	**72.286**	**53.233**
Resseguro a liquidar resseguradora local	**11.856**	**4.873**
Sinistros	11.149	6.251
Outros débitos	707	(1.378)
Resseguro a liquidar resseguradora admitida	**-**	**12**
Outros débitos	-	12
Resseguro a liquidar resseguradora eventual	**151**	**151**
Outros débitos	151	151
Retrocessões cedidas	**60.279**	**48.197**
Prêmios local	**325**	**639**
Efetivos	**265**	**541**
Premios efetivos	719	1.041
Comissão sob seguro cedido em retrocessão	(454)	(500)
RVNE	**60**	**98**
Prêmios RVNE	73	134
Comissões RVNE	(13)	(36)
Resseguador admitido	**59.921**	**47.225**
Efetivos	**52.725**	**36.524**
Prêmios efetivos	71.535	48.035
Comissões efetivas	(18.810)	(11.511)
RVNE	**7.026**	**10.701**
Prêmios RVNE	11.854	14.955
Comissões RVNE	(4.828)	(4.254)
Outros débitos	170	-
Resseguador eventual	**33**	**333**
Efetivos	**30**	**-**
Prêmios efetivos	75	-
Comissões efetivas	(45)	-
RVNE	**3**	**333**
Prêmios RVNE	5	463
Comissões RVNE	(2)	(130)

Apresentamos a seguir a relação de resseguradoras classificados com *rating* de crédito de acordo com as normas da SUSEP para os quais uma parcela do prêmio assumido foi repassado (cedido):

Tipo	Resseguradora	Percentual cedido	Classificação de risco	Agência
Admitida	American Home Assurance Company (*)	82	A	Standard & Poor's/FITCH
Admitida	Hannover Ruck SE	17	A+	A. M. Best Company
Admitida	Allianz Global Corporate e Specialty SE	1	AA	Standard & Poor's/FITCH
		100		

(*) Parte relacionada

14 PROVISÕES TÉCNICAS

									2016
Segmento	**Riscos diferidos efetivos - PPNG**	**Comissões diferidas efetivas - DAC**	**Prêmios diferidos - RVNE**	**Comissões diferidas - RVNE**	**Provisão de sinistros a liquidar**	**Provisão de despesas relacionadas - PDR**	**Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR**	**Provisão complementar de cobertura - PCC**	**Total**
Patrimonial	9.569	(2.591)	942	(200)	295.727	2.595	25.507	-	331.549
Riscos especiais	1.419	(105)	62	(9)	33	127	6.814	-	8.341
Responsabilidades	8.324	(2.520)	1.427	(439)	4.358	1.586	10.156	-	22.892
Transportes	205	-	-	-	-	225	4.804	-	5.234
Riscos financeiros	38.750	(13.830)	9.875	(4.121)	31.749	16	61.662	21.522	145.623
Pessoas coletivo	81	(12)	-	-	-	37	310	-	416
Rural	-	-	-	-	137	12	28	-	177
Outros	-	-	-	-	69	4	-	-	73
Pessoas individual	107	-	-	-	-	-	2	-	109
Marítimos	3.107	(516)	510	(62)	3.251	666	2.143	-	9.099
Aeronáuticos	3.232	(489)	254	(43)	1.398	49	2.895	-	7.296
Total	**64.794**	**(20.063)**	**13.070**	**(4.874)**	**336.722**	**5.317**	**114.321**	**21.522**	**530.809**
Ativo circulante									525.377
Ativo não circulante									5.432

									2015
Segmento	**Riscos diferidos efetivos - PPNG**	**Comissões diferidas efetivas - DAC**	**Prêmios diferidos - RVNE**	**Comissões diferidas - RVNE**	**Provisão de sinistros a liquidar**	**Provisão de despesas relacionadas - PDR**	**Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR**	**Provisão complementar de cobertura - PCC**	**Total**
Patrimonial	21.069	(4.748)	11.673	(2.368)	346.460	1.563	29.808	4.761	408.218
Riscos especiais	2.873	(133)	280	(46)	-	40	3.114	957	7.085
Responsabilidades	7.047	(1.902)	2.422	(685)	3.541	959	23.776	-	35.158
Transportes	18	-	-	-	-	34	3.025	721	3.798
Riscos financeiros	17.923	(5.607)	6.103	(1.811)	29.004	100	10.203	-	55.915
Pessoas coletivo	108	(20)	20	(7)	-	8	104	-	213
Rural	351	(93)	-	-	137	10	65	-	470
Outros	-	-	-	-	83	-	-	-	83
Marítimos	3.982	(613)	564	(73)	6.031	711	6.884	197	17.683
Aeronáuticos	4.806	(751)	688	(135)	9.257	468	13.173	-	27.506
Total	**58.177**	**(13.867)**	**21.750**	**(5.125)**	**394.513**	**3.893**	**90.152**	**6.636**	**556.129**
Ativo circulante									547.633
Ativo não circulante									8.496

14.1 Movimentações de saldos patrimoniais provisões

As tabelas a seguir apresentam a movimentação dos saldos de ativos e passivos de contratos de resseguros para o período findo em 31 de dezembro de 2016:

Mutação da PPNG	Passivos de contratos de seguro	Ativos de contratos de resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**43.287**	**30.260**
Novos contratos emitidos	217.096	78.984
Riscos expirados	(170.525)	(62.905)
Riscos cancelados/restituídos	(31.681)	(6.804)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**58.177**	**39.535**
Novos contratos emitidos	129.095	99.295
Riscos expirados	(97.713)	(67.332)
Riscos cancelados/restituídos	(24.765)	(20.537)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**64.794**	**50.962**

Mutação da PPNG-RVNE	Passivos de contratos de seguro	Ativos de contratos de resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**36.391**	**13.110**
Nova estimativa de contratos emitidos	50.189	15.552
Estimativa de riscos expirados	(28.439)	(608)
Reversão da reserva anterior	(36.391)	(13.110)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**21.750**	**14.944**
Nova estimativa de contratos emitidos	13.874	11.933
Estimativa de riscos expirados	(804)	(754)
Reversão da reserva anterior	(21.750)	(14.944)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**13.070**	**11.179**

Mutação da DAC	Custos diferidos de aquisição de contratos assumidos	Custos diferidos de aquisição de contratos cedidos
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**9.981**	**7.843**
Novos contratos emitidos	65.395	21.449
Riscos expirados	(50.297)	(16.448)
Riscos cancelados/restituídos	(11.212)	(2.086)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**13.867**	**10.758**
Novos contratos emitidos	35.852	30.227
Riscos expirados	(22.299)	(15.978)
Riscos cancelados/restituídos	(7.357)	(7.198)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**20.063**	**17.809**

Mutação da DAC-RVNE	Custos diferidos de aquisição de contratos assumidos	Custos diferidos de aquisição de contratos cedidos
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**12.039**	**2.861**
Nova estimativa de contratos emitidos	5.362	4.420
Estimativa de riscos expirados	(237)	(191)
Reversão da reserva anterior	(12.039)	(2.861)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**5.125**	**4.229**
Nova estimativa de contratos emitidos	5.299	4.842
Estimativa de riscos expirados	(425)	(417)
Reversão da reserva anterior	(5.125)	(4.229)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**4.874**	**4.425**

Mutação da PSL e PDS	Passivos de contratos de seguro	Ativos de contratos de resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**15.247**	**9.332**
Sinistros Avisados	446.920	400.072
Alterações de Estimativa	1.560	658
Pagamento de Sinistros	(75.367)	(34.403)
Atualização Monetária e Juros	6.153	4.137
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**394.513**	**379.796**
Sinistros Avisados	84.859	66.038
Alterações de Estimativa	(2.509)	(2)
Pagamento de Sinistros	(83.000)	(73.229)
Atualização Monetária e Juros	(57.141)	(55.038)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**336.722**	**317.565**

Mutação da IBNR	Passivos de contratos de seguro	Ativos de contratos de resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**42.998**	**26.951**
Reversão da reserva anterior	(42.998)	(26.951)
Constituição da nova reserva	90.152	63.095
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**90.152**	**63.095**
Reversão da reserva anterior	(90.152)	(63.095)
Constituição da nova reserva	114.321	90.434
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**114.321**	**90.434**

Provisão para Despesas não diretamente alocadas a Sinistro	Passivos de contratos de seguro
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**1.172**
Reversão da reserva anterior	(1.172)
Constituição da nova reserva	3.893
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**3.893**
Reversão da reserva anterior	(3.893)
Constituição da nova reserva	5.317
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**5.317**

Mutação da PCC	Passivos de contratos de seguro	Ativos de contratos de resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**209**	**-**
Reversão da Reserva Anterior	(209)	-
Constituição da Nova Reserva	6.636	1.436
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**6.636**	**1.436**
Reversão da Reserva Anterior	(6.636)	(1.436)
Constituição da Nova Reserva	21.522	21.522
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**21.522**	**21.522**

14.2 Comportamento da provisão de sinistros em anos posteriores aos anos de constituição

As tabelas a seguir representam as estimativas iniciais efetuadas pela Resseguradora referente às provisões para sinistros e despesas com sinistros, bem como a reestimativa das mesmas, em cada um dos períodos demonstrados (análise conhecida como *calendar year*), as quais refletem o saldo das reservas contabilizados no período.

A mesma análise é realizada para as provisões Brutas e Líquidas de Resseguro.

A tabela 1 demonstra o saldo contábil das provisões utilizadas nos triângulos de desenvolvimento (Provisões para sinistros), e, da provisão total de sinistros, excluindo o montante referente à reserva para despesas não alocadas ao sinistro.

Na tabela 2 demonstramos o saldo das provisões de sinistros por tipo de provisão (Sinistros a Liquidar e IBNR).

Na tabela 3 está demonstrada a evolução dos valores pagos ou ressarcidos acumulados, somada à evolução do valor das provisões reestimadas para esses mesmos sinistros.

E, na tabela 4, comparamos as reestimativas atuais mais os pagamentos acumulados até o último período com a reserva contabilizada originalmente, sendo que variações são apresentadas em valores e em percentuais.

(a) Bruto de resseguro

					Tabela 1 - Dezembro
	Dezembro/12	**Dezembro/13**	**Dezembro/14**	**Dezembro/15**	**Dezembro/16**
Provisões Totais para sinistros	**8.829**	**27.997**	**59.416**	**488.556**	**455.954**
(-) Despesa não alocada	253	1.077	1.178	2.634	4.041
Provisões para sinistros	**8.576**	**26.920**	**58.238**	**485.922**	**451.913**

continua...

...continuação

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tabela 2 - Dezembro

	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16
Sinistros a Liquidar	897	3.095	15.241	395.771	337.592
IBNR	7.678	23.825	42.998	90.151	114.320
IBNER	8.576	26.920	58.238	485.922	451.913
Provisões para sinistros	**2.501**	**18.918**	**43.938**	**124.248**	**479.328**

Tabela 3 - Dezembro

Provisões reestimadas e valor pago até	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16
Um ano mais tarde	6.614	26.342	81.021	399.160	-
Dois anos mais tarde	5.846	29.843	55.398	-	-
Três anos mais tarde	5.340	17.783	-	-	-
Quatro anos mais tarde	4.836	-	-	-	-

Tabela 4 - Dezembro

	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16
Sobra (falta) cumulativa	3.740	9.137	2.840	86.762	-
Sobra (falta) cumulativa %	43,6%	33,9%	4,9%	17,9%	-

(b) Valores retidos

Tabela 1 - Dezembro

	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16
Provisões Totais para sinistros	**2.477**	**9.034**	**23.134**	**45.667**	**47.954**
(-) Despesa não alocada	253	1.077	1.178	2.634	4.041
Provisões para sinistros	**2.225**	**7.957**	**21.956**	**43.032**	**43.913**

Tabela 2 - Dezembro

	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16
Sinistros a Liquidar	897	1.919	5.908	15.975	20.027
IBNR	1.327	6.038	16.048	27.057	23.886
Provisões para sinistros	**2.225**	**7.957**	**21.956**	**43.032**	**43.913**

Tabela 3 - Dezembro

Provisões reestimadas e valor pago até	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16
Um ano mais tarde	2.282	5.905	37.644	28.662	-
Dois anos mais tarde	1.329	7.901	25.301	-	-
Três anos mais tarde	1.594	4.442	-	-	-
Quatro anos mais tarde	1.153	-	-	-	-

Tabela 4 - Dezembro

	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16
Sobra (falta) cumulativa	1.072	3.515	(3.345)	14.371	-
Sobra (falta) cumulativa %	48,2%	44,2%	-15,2%	33,4%	-

Por tratar-se de uma Resseguradora ainda em processo de crescimento, a mesma vem ganhando exposição aos poucos e, por este motivo, até anos anteriores não havia histórico de dados suficiente para calcular estimativas atuariais consistentes para reserva, utilizando apenas sua experiência, principalmente por se tratar - em sua essência - de produtos de grandes riscos, onde poucos sinistros podem ser suficientes para consumir toda reserva. A cada período, a exposição aumenta e o histórico passa a ser mais consistente, possibilitando uma diversificação maior do risco, melhor funcionamento do mutualismo da carteira e consequentemente reservas mais assertivas.

15 CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por 91.435.555 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, nos seguintes termos:

- Boletim de subscrição I - AIG Seguros Brasil - número de ações subscritas: 91.435.554 ações ordinárias.
- Boletim de subscrição II - American Home Assurance Company Escritório de Representação no Brasil Ltda. - número de ações subscritas: uma ação ordinária.
- Aumento de capital em 28/09/2016 processo SUSEP nº 15414.607367/2016-30, aprovado conforme Portaria nº 182 publicado em 06 de dezembro de 2016.

(b) Reservas

A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

A reserva estatutária é constituída para assegurar à Resseguradora margem operacional até o limite máximo do capital social, constituída à base do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

(c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de até 25% sobre o lucro líquido de cada exercício.

16 PRÊMIOS

16.1 Prêmios emitidos

Os prêmios auferidos compreendem os prêmios de resseguros emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e riscos vigentes não emitidos. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

2016

Grupo por segmento	Prêmio de resseguro	Comissões	Prêmios - Riscos Vigentes Não Emitidos	Retrocessões Aceitas	Total	Percentual
Patrimonial	10.246	(2.317)	(9.179)	-	(1.250)	(2)
Riscos especiais	1.374	(621)	(209)	-	544	1
Responsabilidades	14.612	(4.429)	(827)	-	9.356	14
Transportes	830	-	-	-	830	1
Riscos financeiros	62.388	(19.355)	1.694	-	44.727	68
Pessoas coletivos	293	(101)	(13)	-	179	-
Rural	1.548	22	-	-	1.570	2
Pessoas individual	112	-	-	-	112	-
Marítimos	7.283	(897)	(43)	-	6.343	9
Aeronáuticos	5.645	(798)	(338)	-	4.509	7
Total	**104.331**	**(28.496)**	**(8.915)**	**-**	**66.920**	**100**

2015

Grupo por segmento	Prêmio de resseguro	Comissões	Prêmios - Riscos Vigentes Não Emitidos	Retrocessões Aceitas	Total	Percentual
Percentual						
Patrimonial	35.207	(7.474)	1.387	757	29.877	26
Riscos especiais	4.128	(220)	(44)	-	3.864	3
Responsabilidades	13.002	(3.595)	(10)	-	9.397	8
Transportes	601	-	(50)	-	551	-
Riscos financeiros	34.890	(9.523)	1.449	-	26.816	24
Pessoas coletivos	361	(79)	13	-	295	-
Rural	2.111	(559)	-	-	1.552	1
Outros	-	-	(18.754)	49.305	30.551	28
Marítimos	7.106	(1.026)	(391)	-	5.689	5
Aeronáuticos	7.657	(1.417)	(301)	-	5.939	5
Total	**105.063**	**(23.893)**	**(16.701)**	**50.062**	**114.531**	**100**

16.2 Prêmios ganhos principais ramos de atuação

2016

Segmento	Prêmio Ganho	Índice de sinistralidade - %
Patrimonial	20.824	(64)
Riscos especiais	2.566	(149)
Responsabilidades	9.375	117
Transportes	1.359	(145)
Riscos financeiros	8.765	(1.257)
Pessoas coletivos	210	(112)
Rural	1.828	(55)
Marítimos	6.956	37
Aeronáuticos	5.502	175
Total	**57.385**	**(187)**

2015

Segmento	Prêmio Ganho	Índice de sinistralidade - %
Patrimonial	16.667	(2.221)
Riscos especiais	732	(342)
Responsabilidades	10.781	(172)
Transportes	530	(166)
Riscos financeiros	21.019	(154)
Pessoas coletivos	234	(168)
Rural	1.453	(169)
Outros	43.072	(65)
Marítimos	5.607	(114)
Aeronáuticos	5.615	(625)
Total	**105.710**	**(470)**

Para os segmentos que apresentam índice de sinistralidade acima de 100%, a Administração da AIG Resseguros está tomando as medidas para redução desses índices, tal como não renovação de apólices nesse nicho de frequência alta e severidade baixa.

17 VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

As despesas com provisões técnicas apresentam as seguintes variações:

2016

Grupo por segmento	Prêmio diferido - PPNG	Comissões diferidas - PPNG	Prêmios diferidos - Retrocessão aceita	Comissões diferidas - Retrocessão aceita	Prêmios diferidos - RVNE	Comissões diferidas - RVNE	Provisão complementar de cobertura	Total
Patrimonial	10.463	(2.090)	445	(67)	10.731	(2.168)	4.761	22.075
Riscos especiais	911	(27)	-	-	218	(37)	957	2.022
Responsabilidades	(1.348)	618	-	-	995	(246)	-	19
Transportes	(192)	-	-	-	-	-	721	529
Riscos financeiros	(21.200)	8.222	-	-	(3.772)	2.310	(21.522)	(35.962)
Pessoas coletivos	27	(8)	-	-	20	(7)	-	32
Rural	351	(93)	-	-	-	-	-	258
Pessoas individual	(112)	-	-	-	-	-	-	(112)
Marítimos	469	(97)	-	-	54	(12)	197	611
Aeronáuticos	913	(262)	-	-	434	(92)	-	993
Total	**(9.718)**	**6.263**	**445**	**(67)**	**8.680**	**(252)**	**(14.886)**	**(9.535)**

2015

Grupo por segmento	Prêmio diferido - PPNG	Comissões diferidas - PPNG	Prêmios diferidos - Retrocessão aceita	Comissões diferidas - Retrocessão aceita	Prêmios diferidos - RVNE	Comissões diferidas - RVNE	Provisão complementar de cobertura	Total
Patrimonial	(6.441)	2.064	(820)	115	(3.815)	448	(4.761)	(13.210)
Riscos especiais	(2.267)	120	-	-	(51)	22	(957)	(3.133)
Responsabilidades	1.824	(309)	-	-	1.240	(1.372)	-	1.383
Transportes	621	-	-	-	71	(27)	(686)	(21)
Riscos financeiros	(5.678)	1.604	-	-	(2.519)	796	-	(5.797)
Pessoas coletivos	(56)	8	-	-	(20)	7	-	(61)
Rural	(134)	36	-	-	-	-	-	(98)
Outros	-	-	-	-	18.879	(6.358)	-	12.521
Marítimos	(591)	247	-	-	700	(413)	(24)	(81)
Aeronáuticos	(465)	-	-	-	157	(16)	-	(324)
Total	**(13.187)**	**3.770**	**(820)**	**115**	**14.642**	**(6.913)**	**(6.428)**	**(8.821)**

18 SINISTROS OCORRIDOS

Os sinistros ocorridos estão assim compostos:

Sinistros Ocorridos	2016	2015
Indenizações avisadas	(80.621)	(446.687)
Despesas com sinistros	(2.751)	(3.691)
Salvados	-	577
Ressarcimentos	170	158
Variação da provisão sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	(24.169)	(47.153)
	(107.371)	**(496.796)**

19 RESULTADO COM RETROCESSÃO

(a) Composição do resultado com retrocessões

Demonstramos a seguir a composição do resultado com retrocessões:

	2016	2015
Indenização de Sinistros - Recuperação	65.244	399.666
Despesas com Sinistros - Recuperação	794	406
Salvados e Ressarcidos	(170)	-
Variação da Provisão de IBNR	27.341	36.143
Receita com retrocessão	**93.209**	**436.215**
Prêmios Cedidos em Retrocessão Brutos	(75.139)	(71.167)
Comissões	23.451	20.367
Variação das Despesas de Retrocessão - Provisões	22.357	7.590
Despesa com retrocessão	**(29.331)**	**(43.210)**
Resultado com retrocessão	**63.878**	**393.005**

(b) Abertura por segmento

Os valores dos principais grupos estão assim compostos:

2016

Segmento	Receita com retrocessão	Despesa com retrocessão	Resultado com retrocessão
Patrimonial	4.496	(10.432)	(5.936)
Riscos especiais	3.194	(1.592)	1.602
Responsabilidades	(12.631)	(678)	(13.309)
Transportes	359	(693)	(334)
Riscos financeiros	110.496	(10.210)	100.286
Pessoas individual	2	-	2
Marítimos	(3.163)	(635)	(3.798)
Aeronáuticos	(9.544)	(5.091)	(14.635)
Total	**93.209**	**(29.331)**	**63.878**

2015

Segmento	Receita com retrocessão	Despesa com retrocessão	Resultado com retrocessão
Patrimonial	354.321	(12.540)	341.781
Riscos especiais	2.026	(932)	1.094
Responsabilidades	11.182	(2.245)	8.937
Transportes	622	(732)	(110)
Riscos financeiros	32.316	(20.355)	11.961
Pessoas individual	(16)	-	(16)
Marítimos	666	(793)	(127)
Aeronáuticos	35.098	(5.614)	29.484
Total	**436.215**	**(43.211)**	**393.004**

20 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2016	2015
Despesas com pessoal próprio	(1.626)	(1.596)
Serviços de Terceiros	(623)	(413)
Localização e Funcionamento	(1.181)	(1.684)
Despesas com publicações	(166)	(128)
Donativos e Contribuições	(21)	(21)
Custos Rateados	(5.056)	(2.024)
Total	**(8.673)**	**(5.866)**

21 DESPESAS COM TRIBUTOS

	2016	2015
COFINS	(2.210)	(3.602)
COFINS sobre operações de resseguro	(586)	(686)
COFINS Diferido	1.854	-
Contribuição Sindical	(19)	(34)
Outros Tributos	(548)	1
PIS/PASEP	(359)	(585)
PIS/PASEP sobre operações de resseguro	(62)	(150)
PIS Diferido	301	-
Taxa de fiscalização - SUSEP	(538)	(426)
Total	**(2.166)**	**(5.482)**

22 RESULTADO FINANCEIRO

(a) Composição Resultado financeiro

	2016	2015
Receitas financeiras	(43.874)	51.229
Despesas financeiras	53.132	(29.469)
Resultado financeiro	**9.258**	**21.760**

continua...

...continuação

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Receitas financeiras

	2016	2015
Receitas com títulos de renda fixa privados	6.039	11.020
Receitas com títulos de renda fixa públicos	6.028	4.455
Oscilação Cambial com operações de resseguros aceitos	(2.064)	17.166
Oscilação Cambial com operações de retrocessões aceitas	(4.157)	2.831
Oscilação Cambial com operações de resseguros cedidos	(54.907)	12.197
Quotas de outros fundos de investimento	4.809	3.543
Outras receitas	378	17
	(43.874)	**51.229**

(c) Despesas financeiras

	2016	2015
Oscilação Cambial com operações de resseguros aceitos	59.141	(13.648)
Oscilação Cambial com operações de retrocessões aceitas	109	(1.463)
Oscilação Cambial com operações de resseguros cedidos	2.731	(9.681)
Juros sobre despesas financeiras de encargos sobre tributos	(5)	(2)
Imposto sobre operações financeiras	(120)	(167)
Despesas com impostos e contribuições sobre transações financeiras	(8.648)	(4.450)
Outras despesas	(76)	(58)
	53.132	**(29.469)**

23 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social são calculados, com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, como se seguem:

	2016		2015	
	Imposto de Renda Pessoa Jurídica	**Contribuição Social sobre o Lucro Líquido**	**Imposto de Renda Pessoa Jurídica**	**Contribuição Social sobre o Lucro Líquido**
Resultado antes da provisão do imposto de renda, da contribuição social e das participações	**12.091**	**12.091**	**11.782**	**11.782**
(-) Juros sobre o capital próprio	(4.500)	(4.500)	(3.500)	(3.500)
(-) Participações	(54)	(54)	(273)	(273)
Resultado base para cálculo dos impostos	**7.537**	**7.537**	**8.009**	**8.009**
Ajustes Temporários	**(2.915)**	**(2.915)**	**107**	**107**
Outros ajustes temporários	(2.915)	(2.915)	107	107
Ajustes Permanentes	**393**	**42**	**696**	**307**
Outros ajustes permanentes	393	42	696	307
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	**5.014**	**4.663**	**8.812**	**8.423**
Alíquota de 15% de IRPJ mais 10% de adicional federal, e 15% para CSLL	1.231	933	1.951	1.106
Incentivos Fiscais	-	-		
(Constituição)/Reversão de créditos tributários sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais	729	583	168	62
Total de impostos de renda e contribuição social	**1.960**	**1.516**	**2.119**	**1.168**
Alíquota Efetiva	**46%**		**41%**	

24 PARTES RELACIONADAS

A administração considera, como partes relacionadas da Resseguradora, a AIG Seguros Brasil S.A., a American Home Assurance Company, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05.

(a) Com a AIG Seguros Brasil S.A. a Resseguradora mantém operações de aceitação de prêmios de resseguros, recuperação de sinistros, despesas de comercialização.

(b) A Resseguradora utiliza parte da estrutura e recursos da AIG Seguros Brasil S.A. para o desempenho de suas operações, conforme contrato de rateio e ressarcimento de despesas e custos indiretos e diretos acordado entre as partes.

(c) Com a American Home Assurance Company a resseguradora mantém operações de repasse de prêmios de resseguros e recuperação de despesas de comercialização.

(d) Com a American Overseas a resseguradora manteve operações de retrocessão.

As transações com operações comerciais foram:

	AIG Seguros	American Home	American Overseas
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**25.604**	**(8.077)**	**-**
Ativo	67.436	107.410	85.340
Passivo	(55.259)	(40.507)	(32.377)
Pagamento	21.017	29.314	32.377
Recebimento	(72.881)	(10.604)	(85.340)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**(14.083)**	**77.536**	**-**
Ativo	86.884	11.272	-
Passivo	(18.639)	(64.483)	-
Pagamento	20.660	31.829	-
Recebimento	(72.022)	(9.929)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**2.800**	**46.225**	**-**

Transações administrativas

	AIG Seguros
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**-**
Provisão	16.414
Pagamento	(13.163)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**3.251**
Provisão	5.097
Pagamento	(5.951)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**2.397**

O total das despesas com remuneração da administração atingiu em 2016, o montante de R$ 1.238 (2015 - R$ 1.148).

25 OUTRAS INFORMAÇÕES

Conforme convenção coletiva de trabalho, a Resseguradora concede benefícios pós-emprego a seus funcionários relacionados à cobertura de plano de saúde e custeio indireto de seguro de vida para funcionários demitidos ou aposentados. O período do benefício depende de diversas regras estabelecidas pela Lei nº 9.656/98 e pelas regras da Convenção Coletiva de Trabalho, onde a Resseguradora apurou atuarialmente as obrigações decorrentes destes planos segundo as regras do CPC 33. A Resseguradora adotou uma política de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais em conformidade com os requisitos do item 92, onde reconhece-se a parcela dos ganhos e das perdas atuariais como receita ou despesa se o valor líquido acumulado dos ganhos e das perdas atuariais não reconhecidos no final do exercício anterior exceder o maior valor entre:

- 10% do valor presente da obrigação de benefício definido nessa data (antes da dedução dos ativos do plano);
- 10% do valor justo de quaisquer ativos do plano nessa data.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Resseguradora apurou de reserva de benefícios a empregados o montante de R$ 16 (2015 - R$ 24).

A Resseguradora contribui mensalmente para o Instituto Nacional de Seguridade Social para os seus funcionários onde a contribuição no exercício de 2016 totalizou R$ 187 (2015 -R$ 243). A Resseguradora também é copatrocinadora em plano de aposentadoria, que compreende pensão. O regime financeiro adotado é o de capitalização e o plano é classificado como um plano de contribuição definida. Durante o exercício de 2016, as contribuições totalizaram R$ 68 (2015 - R$ 98).

Diretoria

DIRETORES

Diretor Presidente
Paride Della Rosa

Diretor
Francisco Ignácio Espinoza Concha

Diretor
Fernando Borges Porelo

Comitê de Auditoria
Assízio Aparecido de Oliveira
Carlos Roberto Matavelli
Luiz Pereira de Souza

Natália Soares Grisanti
Atuária - MIBA 2162

Roseli Midori Kanazawa
Contadora - CRC 1SP187230/O-8

Relatório Comitê de Auditoria - Dezembro de 2016

Ilmos. Srs.
Membros do Conselho de Administração da
AIG Seguros Brasil S.A. e AIG Resseguros Brasil S.A.
São Paulo, SP

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da AIG Seguros Brasil S.A. e da AIG Resseguros Brasil S.A.- "AIG", instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e que atende integralmente aos requisitos estabelecidos pelo CNSP, tendo sua formação sido homologada pela Superintendência de Seguros Privados - Susep, como previsto no Capítulo VI do Estatuto Social Consolidado aprovado pela Assembleia Geral de 31 de março de 2016, composto por três membros indicados pela Assembleia Geral e nomeados naquela mesma assembleia, se reuniu pela primeira vez em 29 de abril de 2016 e, a partir de então, mensalmente, totalizando nove reuniões no exercício.

O Comitê atua na condição de Comitê de Auditoria Único para todo o Grupo AIG Seguros, estendendo a sua competência à AIG Resseguros Brasil S.A., por deliberação da instituição líder do grupo, de acordo com o previsto na regulamentação pertinente.

O Comitê apoia o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pelas atividades que têm como objetivo garantir o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a integridade e qualidade das demonstrações financeiras da AIG, a qualidade, eficiência e eficácia do sistema de controles internos e de gestão de riscos, o cumprimento de normas internas e externas, e a efetividade e independência das auditorias independente e interna.

O Comitê atua através de reuniões e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e de *compliance*, e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu Regimento Interno, o qual reflete adequadamente a sua organização, seu propósito, autoridade e responsabilidades, os requerimentos em relação aos seus membros, bem como aqueles relativos às reuniões periódicas e ao conteúdo de seu relatório.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da administração da AIG. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e conformidade.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A auditoria interna auxilia a organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

Atividades do Comitê

O Comitê atua através da realização de reuniões periódicas na sede da AIG com representantes designados pela Administração para prestar informações e responder a questionamentos formulados por seus membros. O Comitê atua, também, realizando acompanhamento e revisões, à distância, de documentos e informações.

As atividades do Comitê no exercício 2016 incluíram:

a) Reuniões com o Diretor Presidente e os executivos das áreas de contabilidade, controles internos, gestão de riscos, *compliance*, jurídico, ouvidoria, auditoria independente e auditoria interna;
b) Discussão com a Administração da AIG e com os seus auditores independentes sobre o tratamento das questões contábeis, de controles internos e de conformidade mais relevantes e sobre a apresentação das demonstrações financeiras; e
c) Análise dos relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da AIG, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras da AIG e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas, acompanhando os contínuos aumentos de capital e os efeitos contemplados nas demonstrações financeiras, e a reorganização da estrutura da AIG. Sempre que necessário, emitiu recomendações de melhorias, sobre as quais mantém acompanhamento em suas reuniões.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da AIG ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração da AIG Seguros Brasil S.A. e da AIG Resseguros Brasil S.A., a aprovação das demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2017.

Assizio Aparecido de Oliveira
Membro do Comitê de Auditoria

Carlos Roberto Matavelli
Membro do Comitê de Auditoria

Luiz Pereira Souza
Membro do Comitê de Auditoria

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Acionistas e Administradores da AIG Resseguros Brasil S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da **AIG Resseguros Brasil S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2016, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **AIG Resseguros Brasil S.A.** em 31 de dezembro de 2016, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos certas divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, em seus aspectos mais relevantes. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2017.

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino
São Paulo - SP - Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

Carlos Eduardo Silva Teixeira
MIBA 729

continua...

...continuação

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas AIG Resseguros Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da AIG Resseguros Brasil S.A. ("Resseguradora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AIG Resseguros Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Resseguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Resseguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Resseguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Resseguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Resseguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Resseguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Resseguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Resseguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Resseguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro 2017

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador
CRC 1SP216397/O-5

AIG

Há mais de 65 anos oferecendo soluções de seguros para empresas e pessoas no Brasil, com um dos mais completos portfólios de produtos e serviços do mercado.

Seguros ofertados por companhias membro da American International Group, Inc. A cobertura pode não estar disponível em todas jurisdições e está sujeita aos dizeres da apólice. Para informações adicionais visite o site http://www.AIG.com. Ouvidoria (2ª a 6ª feira, das 9h às 18h): 0800 724 0219

AIG Resseguros Brasil S.A.

CNPJ nº 13.525.547/0001-52

www.aig.com.br

Relatório da Administração - Dezembro de 2016

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes, referente às atividades da AIG Resseguros Brasil S.A. relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A American International Group, Inc. (AIG) é uma das organizações líderes no mercado securitário internacional que presta serviços em mais de 100 países e jurisdições. São mais de 96 anos de experiência em produtos para pessoas físicas e jurídicas, atendendo mais de 80 milhões de clientes. Sua atuação global permite entender as necessidades dos nossos clientes, respeitando as características de suas culturas locais.

Com mais de 65 anos no mercado brasileiro, e um dos mais completos portfólios de produtos e serviços do mercado, a AIG orgulha-se de ser líder em diversas linhas e possuir rica experiência em atendimento de sinistros, solidez financeira e ampla expertise em gerenciamento de riscos.

A AIG Resseguros Brasil, subsidiária da AIG Seguros Brasil S.A., está estabelecida no Brasil com Capital Social de R$ 90 milhões, com objetivo de operar no mercado de seguros brasileiro, dentro dos padrões e políticas do Grupo AIG.

Para fornecer maior capacidade ao mercado segurador brasileiro, desenvolvemos soluções inovadoras com qualidade e compromisso que agem em sinergia com nossos parceiros, agregando segurança, volume e valor a nossos clientes.

***Performance* econômico-financeira**

O volume de prêmios de resseguros alcançou R$ 66,9 milhões no exercício de 2016, 42% menor ao ano de 2015. No exercício findo em dezembro de 2016, a Resseguradora apresentou um lucro líquido de R$ 8,5 milhões, enquanto seu resultado operacional foi de R$ 12 milhões, a redução da taxa SELIC em 50 bps de 14,25% aa para 13,75% aa nos últimos meses de 2016, em função de um controle mais efetivo do risco inflacionário gerou uma maior valorização dos ativos prefixados do portfolio. Com isso, a nossa decisão por aumentar a alocação estratégica em ativos pré-fixados (ou parte remunerado desta forma) contribuiu para que a performance relativa dos investimentos fosse superior quando comparado ao exercício anterior. Em contraste, a alocação em fundo cambial, por questões de ALM, acabou reduzindo a receita financeira na comparação anual, quando o dólar recuou 16,5% após uma valorização de 47,0% no mesmo período de 2015, sendo preponderante para um resultado financeiro inferior para o portfolio total, mesmo com o maior volume de ativos sob gestão.

Distribuição de lucros

Os estatutos da AIG Resseguros Brasil S.A. destinam até 25% para pagamento de dividendos aos acionistas, após a absorção de prejuízos acumulados e constituição da reserva legal.

Perspectivas

A Resseguradora Local no segmento de riscos corporativos, mantendo sua forte disciplina nas políticas de aceitação de risco e gestão de custos. Esta estratégia visa proporcionar o ganho de escala necessário para a melhora do resultado operacional.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Acionistas, parceiros de negócios, corretores e clientes pela confiança em nossa administração bem como aos nossos colaboradores, pela sua decisiva contribuição para a conquista dos resultados da Resseguradora.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2017.

A Diretoria

Balanço Patrimonial - Exercício findo em 31 de Dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2016	2015
Circulante	**710.537**	**700.387**
Disponível	**13.385**	**11.640**
Caixa e bancos (Nota 5)	13.385	11.640
Aplicações financeiras (Nota 6)	**178.293**	**145.813**
Créditos das operações com seguros e resseguros (Nota 7)	**51.841**	**55.313**
Operações com seguradora (Nota 7.3)	43.148	46.254
Operações com resseguradora (Nota 7.4)	8.693	9.059
Ativos de retrocessão - provisões técnicas (Nota 10)	**464.335**	**477.694**
Títulos e créditos a receber	**2.683**	**9.927**
Créditos tributários e previdenciários (Nota 8)	2.659	9.856
Outros créditos	24	71
Não circulante	**5.093**	**7.343**
Realizável a longo prazo	**5.093**	**6.271**
Créditos das operações com seguros e resseguros	**-**	**146**
Operações com seguradoras (Nota 7.3)	-	146
Ativos de retrocessão - provisões técnicas (Nota 10)	**5.093**	**6.125**
Intangível	**-**	**1.072**
Outros intangíveis	-	1.072
Total do ativo	**715.630**	**707.730**

Passivo e patrimônio líquido	2016	2015
Circulante	**613.846**	**615.961**
Contas a pagar	**12.773**	**13.418**
Obrigações a pagar (Nota 11.1)	6.071	5.339
Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 11.2)	696	571
Encargos trabalhistas	49	176
Impostos e contribuições (Nota 11.3)	3.310	3.721
Outras contas a pagar (Nota 11.4)	2.647	3.611
Débitos de operações com seguros e resseguros	**74.816**	**54.910**
Prêmios a restituir	2.531	1.677
Operações com resseguradoras (Nota 13)	72.285	53.233
Depósitos de terceiros	**880**	**-**
Depósitos de Terceiros	880	-
Provisões técnicas - resseguradoras (Nota 14)	**525.377**	**547.633**
Não circulante	**6.483**	**8.496**
Contas a Pagar	**1.051**	**-**
Tributos Diferidos (Nota 12)	1.051	-
Provisões técnicas - resseguradoras (Nota 14)	**5.432**	**8.496**
Patrimônio líquido	**95.301**	**83.273**
Capital social (Nota 15(a))	90.001	80.001
Reservas de lucros	5.300	3.272
Total do passivo e patrimônio líquido	**715.630**	**707.730**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado dos exercícios findos em 31 de Dezembro

Em milhares de reais, exceto lucro por ação

	2016	2015
Prêmios emitidos (Nota 16.1)	66.920	114.531
Variações das provisões técnicas de prêmios (Nota 17)	(9.535)	(8.821)
Prêmios ganhos (Nota 16.2)	**57.385**	**105.710**
Sinistros ocorridos (Nota 18)	(107.371)	(496.796)
Outras despesas e receitas operacionais	(200)	(269)
Resultado com retrocessão (Nota 19)	63.878	393.004
Despesas administrativas (Nota 20)	(8.673)	(5.866)
Despesas com tributos (Nota 21)	(2.166)	(5.482)
Resultado financeiro (Nota 22)	9.258	21.760
Resultado operacional	**12.111**	**12.061**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	(20)	(279)
Resultado antes dos impostos e participações	**12.091**	**11.782**
Imposto de renda (Nota 23)	(1.960)	(2.119)
Contribuição social (Nota 23)	(1.516)	(1.168)
Participação sobre o Lucro	(54)	(273)
Lucro líquido do exercício	**8.561**	**8.222**
Quantidade de ações (Nota 15(a))	91.435.555	80.000.679
Lucro líquido por lote de mil ações	0,09	0,10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Estatutária	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2015	**80.001**	**231**	**272**	**-**	**80.504**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.222	8.222
Constituição de Reserva	-	411	2.358	(2.769)	-
Dividendos	-	-	-	(1.953)	(1.953)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(3.500)	(3.500)
Em 31 de dezembro de 2015	**80.001**	**642**	**2.630**	**-**	**83.273**
Em 1º de janeiro de 2016	**80.001**	**642**	**2.630**	**-**	**83.273**
Aumento de Capital de 28.09.2016, Aprovado conforme Portaria SUSEP nº 182 publicado em 06.12.2016 (Nota 15(a))	10.000	-	-	-	10.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.561	8.561
Constituição de Reserva	-	428	1.600	(2.028)	-
Dividendos	-	-	-	(2.033)	(2.033)
Juros sobre capital próprio (Nota 23)	-	-	-	(4.500)	(4.500)
Em 31 de dezembro de 2016	**90.001**	**1.070**	**4.230**	**-**	**95.301**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (Método Indireto) exercícios findos em 31 de Dezembro

Em milhares de reais

	2016	2015
Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	**8.561**	**8.222**
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	1.072	1.608
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(32.479)	(38.604)
Créditos das operações de seguros e resseguros	3.618	11.521
Ativos de Resseguro	14.390	(414.869)
Créditos fiscais e previdenciários	7.197	(8.902)
Outros Ativos	47	12
Impostos e contribuições	640	1.616
Outras contas a pagar	(6.767)	(1.303)
Débitos de operações com seguros e resseguros	19.906	5.825
Depósitos de terceiros	880	-
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(25.320)	438.844
Caixa Gerado/(Consumido) pelas Operações	(8.255)	3.970
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades Operacionais	**(8.255)**	**3.970**
Atividades de Financiamento		
Aumento de Capital	10.000	-
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Financiamento	**10.000**	**-**
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**1.745**	**3.970**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do exercício	**11.640**	**7.670**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do exercício	**13.385**	**11.640**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

A AIG Resseguros Brasil S.A. ("AIG RE" ou "Resseguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil com sede no Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck, 2.041, complexo JK/Torre E 10º andar, Vila Nova conceição - São Paulo/SP e que tem como acionistas a AIG Seguros Brasil S.A. com 91.435.554 ações ordinárias e a American Home Assurance Company Escritório de Representação no Brasil Ltda., com uma ação ordinária, totalizando 91.435.555 ações. A Resseguradora tem por objeto a operação com resseguros e retrocessão em todos os ramos.

Em 4 de abril de 2011, através da Portaria SUSEP nº 3.972, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) concedeu à AIG Resseguros Brasil S.A. autorização para operar como resseguradora local e homologou na íntegra as deliberações tomadas pelos acionistas na Assembleia de Constituição realizada em 15 de fevereiro de 2011.

As Demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 22 de fevereiro de 2017.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras da Resseguradora estão apresentadas a seguir. Estas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), as quais abrangem as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, quando referendados pela SUSEP e Lei da S.As., e evidenciam todas as informações relevantes próprios das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Resseguradora não está apresentando a demonstração do resultado abrangente, tendo em vista que não existem outros itens além do resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros avaliados ao valor justo. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Resseguradora em curso normal de seus negócios no Brasil.

As áreas que envolvem alto grau de julgamento ou complexidade, ou áreas onde as premissas e estimativas são significativas para a preparação das demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3 destas demonstrações financeiras. A Resseguradora revisa essas estimativas e premissas periodicamente e, quando necessário, são ajustadas para melhor refletir sua situação financeira e patrimonial.

Em 29 de dezembro de 2016 foi emitida a Circular SUSEP nº 544/16, alterando a circular SUSEP nº 521/15, que dispõe sobre as Normas Contábeis no que se refere ao plano de contas a ser observado pelas sociedades seguradoras, sociedades de capitalização entidades abertas de previdência complementar e resseguradores locais, instituídas pela Resolução CNSP nº 86, de 3 de setembro de 2002, a partir do exercício de 2015.

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge.* A norma será efetiva para o exercício início a partir de 01 de janeiro de 2018, a depender da adoção pela SUSEP. A Seguradora está avaliando os efeitos que a IFRS 9 impactará nas demonstrações financeiras e será concluído até a data da entrada em vigor da norma.

IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes": essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. Essa norma não se aplica ao reconhecimento de receitas financeiras, receitas decorrentes dos contratos de arrendamento e seguros.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Seguradora

2.2 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Milhares de Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Resseguradora.

(b) Conversão e saldos denominados em moeda estrangeira

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço são reconhecidos no resultado do período.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem contas bancárias, depósitos à vista e outros ativos de curto prazo (vencimento original de três meses ou período menor) de alta liquidez e com baixo risco de variação no valor justo de mercado.

2.4 Ativos financeiros

(a) Classificação e mensuração

A Resseguradora classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação a cada data de balanço, segundo as regras restritas do CPC 38 para transferências (ou reclassificações) entre categorias. Todos os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e quaisquer diferenças entre o valor justo e consideração paga pela Resseguradora para a aquisição do ativo (também conhecida como *day-one profits/losses*) são reconhecidas no resultado do período somente quando a Resseguradora possui a capacidade de observação direta no mercado de fatores ou premissas de precificação dos ativos. A Resseguradora utiliza como critério de reconhecimento inicial de um instrumento financeiro (para todas as categorias de ativos ou passivos financeiros) o método de compra e venda regular pela data de negociação, ou seja, o reconhecimento de um ativo financeiro a ser recebido e um passivo financeiro a ser pago na data da negociação (data em que a Resseguradora se torna parte de um contrato) e a baixa de um ativo financeiro e reconhecimento de ganho ou perda no dia em que a negociação ocorre. A Resseguradora classificou seus ativos financeiros como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Esta categoria compreende duas subcategorias: ativos financeiros mantidos para propósito de negociação e ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado na data inicial de sua aquisição. A Resseguradora classifica nesta categoria os ativos financeiros cujo propósito e estratégia de investimento é de manter negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Esta é a classificação utilizada pela Resseguradora para os ativos financeiros em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

(c) Recebíveis, incluindo prêmios a receber de segurados

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis originados de contratos de resseguros, tais como os saldos de prêmios a receber de seguradoras, são classificados pela Resseguradora nesta categoria e são mensurados pelo valor de prêmio aceito. Os outros recebíveis da Resseguradora compreendem os

continua...

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

...continuação

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

demais contas a receber. A recuperabilidade de todos os recebíveis são avaliados para *impairment* (recuperação) a cada data de balanço (vide Nota 2.5(a)).

(d) Determinação do valor justo dos ativos

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base nos preços atuais de compra (*bid prices*). Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Resseguradora estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação.

2.5 Análise de recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros (*impairment*)

(a) Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo prêmios a receber de seguradoras e resseguradoras)

A Resseguradora avalia periodicamente se há evidência de que um determinado ativo classificado na categoria de recebíveis (ou se um grupo de ativos) esteja deteriorado ou *impaired*.

Caso um ativo financeiro seja considerado como *impaired*, a Resseguradora somente registra a perda no resultado do período se houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento do ativo financeiro nesta categoria e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade pela administração. As perdas são registradas e controladas em uma conta retificadora do ativo financeiro. Para a análise de *impairment*, a Resseguradora utiliza diversos fatores observáveis que incluem:

- Dificuldades significativas do emissor ou do devedor;
- Quebra de termos contratuais, tais como *default* ou não cumprimento dos pagamentos devidos pelo devedor e provável que o emissor ou devedor entre em falência ou concordata;
- Desaparecimento de um determinado ativo de um mercado ativo (para títulos e valores mobiliários);
- Informações observáveis que indicam que há uma redução mensurável dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos (para o acesso coletivo de *impairment*), embora esta redução não possa ser atribuída individualmente para os ativos individualmente não significativos.

(b) Ativos financeiros avaliados ao valor justo

A Resseguradora avalia periodicamente se há evidência objetiva de que um ativo classificado como mantido para negociação está individualmente *impaired*. Perdas para *impairment* em instrumentos de capital que são registradas no resultado do período não são revertidas. Para instrumentos de dívida, as perdas com *impairment* registradas são revertidas quando se o valor justo do instrumento financeiro aumentar e se o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a data que a perda por i*mpairment* foi inicialmente reconhecida.

(c) Ativos não financeiros

Ativos não financeiros sujeitos a depreciação são avaliados para *impairment* quando ocorram eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do exercício para o valor pelo qual o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável do ativo. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos).

Os ativos registrados como custos de aquisição diferidas de contratos de seguros são avaliados, quanto à sua recuperabilidade, segundo o Teste de Adequação de Passivos (TAP ou LAT) (vide Política Contábil 2.10.3).

2.6 Custos incorridos na aquisição dos contratos de seguros

A Resseguradora registra como um ativo (custos de aquisições diferidos) os gastos que são diretamente incrementais e relacionados à originação ou renovação de contratos de resseguro, e que possam ser avaliados com confiabilidade. Os demais gastos são registrados como despesa, conforme incorridos.

Esses custos são amortizados de acordo com o tipo de contrato, vigência do risco e base de cessão do mesmo.

2.7 Ativo intangível

O ativo intangível representam ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física desenvolvidos internamente. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável, e que seja provável que existam benefícios econômicos futuros. Os ativos intangíveis estão representados por sistema de processamento de dados (*software*) que estão contabilizados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, calculado pelo método linear.

2.8 Passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Resseguradora não possui passivos financeiros relevantes, e os mesmos possuem vencimento no curto prazo (até 360 dias).

2.9 Contratos de resseguro e contratos de investimento - classificação

Na adoção inicial do CPC 11, a Resseguradora efetuou o processo de classificação de todos os contratos de resseguro e retrocessão com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes no contrato. Na data de adoção, a Resseguradora não identificou contratos classificados como "Contratos de investimento" na aplicação inicial do CPC 11.

Os contratos de retrocessão também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11. Todos os contratos de retrocessão foram classificados como contratos de resseguro por transferirem risco significativo entre as partes no contrato.

2.10 Avaliação de ativos e passivos originados de contratos de seguro

2.10.1 Avaliação de ativos de contratos de resseguro

A política de risco de crédito da AIG Resseguros prevê que somente resseguradores classificados com *rating* de crédito de acordo com as normas do regulador local (SUSEP) sejam considerados no curso normal de seus negócios. Os ativos de retrocessão são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) dos ativos de retrocessão com os resseguradores. Os ativos de retrocessão são avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de resseguro que foram objeto de retrocessão e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos.

A Resseguradora acessa a recuperabilidade (*impairment*) dos ativos de resseguro regularmente e no mínimo a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de *impairment*, a Resseguradora reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período. Segundo diretrizes do CPC 11, a Resseguradora utiliza uma metodologia similar àquela utilizada para ativos financeiros mantidos até o vencimento para determinar que há evidência objetiva de deterioração em um ativo de

resseguro (vide metodologia descrita na Nota 2.5). Consequentemente, as perdas para *impairment* são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros, conforme regras do CPC 11. Esta metodologia também leva em consideração disputas e casos específicos que são analisados pela administração quanto à documentação e trâmite do processo de recuperação junto aos resseguradores

2.10.2 Passivos de contratos de seguro

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos na Resolução CNSP nº 321/15 e alterações posteriores, Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores e documento de Orientações da Susep ao mercado. Ainda, uma auditoria atuarial independente, com periodicidade anual, é realizada com o objetivo de avaliar os principais procedimentos e cálculos atuariais relacionados a provisões técnicas, operações de cessão, limites de retenção, valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, capital mínimo requerido, dentre outros aspectos que afetam a solvência da Companhia. O relatório da auditoria atuarial independente é encaminhado à Superintendência de Seguros Privados, com o respectivo parecer atuarial. Adicionalmente, a Resseguradora não identificou situações onde tenha utilizado excesso de prudência, conforme definido pelo CPC 11 e Circular SUSEP nº 517, de 2015 e alterações posteriores, na avaliação de contratos de seguro.

(a) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)

A PPNG é constituída pela parcela de prêmio de resseguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, incluindo a parcela de variação cambial nos casos de riscos em moeda estrangeira, de acordo com as normas da SUSEP. O seu cálculo é realizado pelo diferimento da parcela de prêmio de resseguros, estimada ou efetiva, pela sua respectiva vigência, de acordo com o tipo do contrato e base de cessão do mesmo.

(b) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG-RVNE)

A PPNG-RVNE é constituída pela parcela de prêmio de resseguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, referente aos contratos já vigentes mas ainda não emitidos, no caso de contratos automáticos, e referente aos riscos já vigentes mas não emitidos, no caso de contratos facultativos. Essa provisão é feita através de cálculos estatísticos visando estimar todos os riscos vigentes no qual deve-se ter reserva caso tenha a ocorrência de um sinistro.

(c) Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP) (*Liability Adequacy Test* (LAT)), de acordo com o disposto na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

O resultado do TAP será apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos, e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas (mais detalhes sobre o TAP, Nota 2.10.3).

(d) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

Constituída por estimativa de pagamentos prováveis de indenizações e despesas de sinistros, determinada com base nos avisos de sinistros individuais recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação.

Adicionalmente, na metodologia utilizada para estimar o IBNR é calculada uma provisão de sinistros estimados, destinada à cobertura dos ajustes de estimativas da provisão de sinistros a liquidar (IBNER), considerando inclusive aqueles processos cíveis relacionados a sinistros, cujo valor pode exceder aos valores contratados, gerados entre a data de aviso e a data de pagamento do sinistro.

(e) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (Provisão de IBNR)

O IBNR é constituído com o objetivo de cobrir os sinistros já ocorridos, porém ainda não avisados e cadastrados na Resseguradora. A metodologia adotada se baseia na análise estatística do desenvolvimento do sinistro, conhecida como "triângulo de *run-off*", desde sua ocorrência até o pagamento. Através dessa análise é possível estimar o sinistro final por cada trimestre de ocorrência de sinistro, sendo a diferença entre o sinistro final e o sinistro já registrado, o IBNR.

(f) Custo de aquisição diferida (DAC)

A DAC é constituída pela parcela de comissão de resseguros correspondente ao período de risco ainda não decorrido, de acordo com as normas da SUSEP. A provisão relativa às operações de retrocessão é constituída com base em informações recebidas de outros retrocedentes.

2.10.3 Teste de adequação dos passivos (*Liability Adequacy Test* (LAT))

Conforme requerido pelo CPC 11 e Circular SUSEP nº 517, de 2015 e alterações posteriores, em cada data de balanço a Resseguradora elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado calculando a diferença entre todos os passivos de contratos de seguro contabilizados permitidos segundo o CPC 11, deduzidos dos custos de aquisição diferidas do ativo circulante diretamente relacionados aos contratos de seguros e o valor presente dos passivos projetados por análises atuariais de fluxo de caixa. Conforme determinação regulatória são realizadas duas análises separadas, sendo uma para riscos aceitos e outra para prêmios futuros. Ainda, a análise de riscos aceitos deve ser segregada entre fluxos de sinistros a ocorrer e fluxos de sinistros ocorridos.

Para o teste dos riscos já assumidos, referente às reservas de sinistros ocorridos não foi identificada nenhuma insuficiência. Para o teste dos riscos já assumidos, referente aos sinistros a ocorrer, foi contabilizada uma reserva adicional, na conta de PCC, no valor de R$ 21.522 Bruta de Resseguros e 100% de cessão em resseguro, o que resulta em um impacto líquido nulo.

2.10.4 Outras provisões, ativos e passivos contingentes

A Resseguradora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida a Resseguradora não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

2.11 Políticas contábeis para reconhecimento de receita

2.11.1 Reconhecimento de prêmio emitido de contratos de resseguro

As receitas de prêmio dos contratos de resseguro são reconhecidas proporcionalmente, e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices.

Nos contratos de resseguro facultativo, considera-se prêmio emitido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo de vigência do risco.

Nos contratos de resseguro automático o prêmio emitido é apurado da seguinte forma:

- Contratos proporcionais - O prêmio emitido é o valor calculado para cada risco emitido conforme percentual pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo de vigência do contrato de resseguro.
- Contratos não proporcionais - O prêmio emitido é o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo de vigência do contrato de resseguro.

2.11.2 Receitas instrumentos financeiros

As receitas de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do exercício segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno.

2.12 Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social dos períodos reportados inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos de impostos diferidos. A Resseguradora reconhece no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social.

Os impostos correntes são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. O imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 20% a partir de setembro de 2015, anteriormente 15%, em decorrência da Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015 que elevou a alíquota da Contribuição Social para 20% com vigência a partir de 1º de setembro de 2015.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social sobre o lucro e diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos destes ativos e passivos. As taxas utilizadas para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis.

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS UTILIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de resseguros

As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de resseguros da Resseguradora representam a área onde se aplicam estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Resseguradora irá liquidar em última instância. A Resseguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada, indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração e atuários da Resseguradora para a definição de premissas atuariais, e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de resseguro de grandes riscos. A Resseguradora divulga análises de sensibilidade para estas premissas na Nota 4.1.

4 GESTÃO DE RISCO DE SEGURO, RISCO FINANCEIRO E RISCO DE CAPITAL

4.1. Gestão de risco de seguro

O risco em qualquer contrato de seguro é a possibilidade que um evento ocorra, ou não e em função deste se caracterize um sinistro. A natureza de um contrato de seguro determina que o risco deva ser aleatório e não previsto. A Resseguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade de que o evento de seguro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo de seguro são aqueles contratos onde a Resseguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento segurado ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento segurado não ocorra.

A Resseguradora gerencia os contratos de resseguros através de políticas internas de subscrição, nesta inclui-se limites para cada subscritor conforme sua experiência, política de preços para cada tipo de risco, monitoramento do resultado e a escolha de resseguradores aprovados pelo Comitê de Crédito. No momento de definir o prêmio de resseguros é aplicada a teoria da probabilidade e juntamente com a experiência histórica, determinamos o prêmio necessário para cobrir os riscos, bem como os níveis de reservas necessárias (*net carring amount*). O risco principal que possuímos é de os sinistros superarem as estimativas realizadas no momento da constituição de reserva, resultando em um valor insuficiente para arcar com os custos futuros. Isso pode ocorrer se a frequência de sinistros ou sua severidade forem maiores do que o estimado.

Para reduzir esse risco trabalhamos com a teoria do mutualismo, onde procuramos ter uma carteira com exposição consistente para reduzir a variabilidade dos resultados esperados (frequência e severidade), e fazemos o acompanhamento das taxas aplicadas, frequência e severidade, e dos resultados. Além disso, trabalhamos em diversas linhas de produto, diversificando assim a exposição a apenas um tipo de negócio.

A Resseguradora efetua a gestão de risco de seguro conforme matriz de riscos previamente definida e com base em contratos que possuem riscos similares ou que são gerenciados em conjunto. Nossa matriz de riscos está distribuída da seguinte forma:

Consumer Lines (pessoa física)

- Acidentes pessoais
- Automóvel
- Garantia estendida
- Vida em grupo
- Propriedade pessoal

Commercial lines (pessoa jurídica)

- Aeronáutico
- Responsabilidade civil geral excedente
- Responsabilidade civil geral
- Propriedade
- Gerenciamento de crises
- Engenharia/Energia
- Ambiental
- Riscos financeiros
- Transportes
- Contas internacionais
- Grandes propriedades
- Garantia
- Risco de crédito

Segue abaixo a concentração de risco aberto por ramo e região, salientando que segundo o disposto no inciso III do artigo 2º da Circular SUSEP nº 521/2015 "na definição dos segmentos de mercado, deverá ser considerada a região 2 (dois - Sul e Sudeste)":

Grupo por segmento	Região	2016	2015
Patrimonial	2	(1.222)	15.461
Riscos especiais	2	(266)	1.585
Responsabilidades	2	9.195	9.026
Transportes	2	(4)	174
Riscos financeiros	2	(719)	(183)
Pessoas coletivos	2	179	295
Rural	2	1.570	1.551
Outros	2	-	30.552
Pessoas individual	2	112	-
Marítimos	2	6.009	5.278
Aeronáuticos	2	379	(8)
		15.233	**63.731**

(b) Política de resseguros

Quaisquer riscos que excedam os limites de subscrição locais são submetidos à matriz para aprovação. Para minimizar os riscos da Resseguradora, contamos ainda com os contratos de retrocessão. Os limites de subscrição existem para impor critérios de seleção adequados de risco. Os contratos de retrocessão incluem contratos de excesso de danos, quota e coberturas de catástrofe.

(c) Análises de sensibilidade

A Resseguradora elabora análises de sensibilidade periodicamente onde são testadas mudanças nas premissas atuariais mais significativas utilizadas em seus modelos de avaliação de contratos de seguro. As análises de sensibilidade apresentadas a seguir representam a melhor estimativa da administração da Resseguradora quanto aos fatores de risco de seguro que impactam nossos contratos e são integradas à nossa política e matriz de monitoramento de risco de seguro, e consequentemente não garantem que os fatores de risco venham a se comportar conforme previsto, onde os resultados reais observados em períodos futuros podem divergir significativamente dos resultados apresentados a seguir:

Consumer Lines		**31 de dezembro de 2016**			
		Bruto de resseguro		**Líquido de resseguro**	
Premissas atuariais	**Variação**	**Patrimônio líquido**	**Resultado**	**Patrimônio líquido**	**Resultado**
Sinistralidade	(20%)	15	25	15	25
Sinistralidade	20%	(15)	(25)	(15)	(25)
Câmbio Projetado	(20%)	15	25	15	25
Câmbio Projetado	20%	(15)	(25)	(15)	(25)

Commercial Lines					
		Bruto de resseguro		**Líquido de resseguro**	
Premissas atuariais	**Variação**	**Patrimônio líquido**	**Resultado**	**Patrimônio líquido**	**Resultado**
Sinistralidade	(20%)	7.566	12.611	1.399	2.332
Sinistralidade	20%	(7.566)	(12.611)	(1.399)	(2.332)
Câmbio Projetado	(20%)	37.896	63.160	2.525	4.208
Câmbio Projetado	20%	(37.897)	(63.161)	(2.525)	(4.208)

Consumer Lines		**31 de dezembro de 2015**			
		Bruto de resseguro		**Líquido de resseguro**	
Premissas atuariais	**Variação**	**Patrimônio líquido**	**Resultado**	**Patrimônio líquido**	**Resultado**
Sinistralidade	(20%)	6	11	6	11
Sinistralidade	20%	(6)	(11)	(6)	(11)
Câmbio Projetado	(20%)	-	-	-	-
Câmbio Projetado	20%	-	-	-	-

continua...

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

...continuação

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Commercial Lines

Premissas atuariais	Variação	Bruto de resseguro: Patrimônio líquido	Bruto de resseguro: Resultado	Líquido de resseguro: Patrimônio líquido	Líquido de resseguro: Resultado
Sinistralidade	(20%)	5.650	9.417	2.005	3.341
Sinistralidade	20%	(5.650)	(9.417)	(2.005)	(3.341)
Câmbio Projetado	(20%)	46.226	77.044	3.577	5.962
Câmbio Projetado	20%	(46.226)	(77.044)	(3.577)	(5.962)

Os valores apresentados acima demonstram o quanto o resultado da Resseguradora será afetado por conta das variações propostas. Resultados negativo ou positivo nos testes de sensibilidade acima não refletem diretamente nas provisões da Resseguradora já que, nas provisões da Resseguradora, especificamente as provisões de prêmios, contém uma parcela para cobrir o lucro futuro esperado. Somente seria necessário um aumento das provisões caso o valor presente, para os casos que diminuiriam o resultado da Resseguradora demonstrado nos testes de sensibilidade, fosse maior do que a margem de lucro estimada nas reservas de prêmios.

4.2 Gestão de riscos financeiros e liquidez

A AIG RE determina em sua política de gestão de riscos, que o risco de liquidez é o risco onde recursos de caixa possam não estar disponíveis para pagar obrigações futuras quando vencidas. A política de gestão de risco da Resseguradora não possui tolerância ou limites para risco de liquidez e possuímos o compromisso de honrar todos os passivos de seguros e passivos financeiros quando vencidos em suas datas contratuais ou quando os processos de sinistros atenderem todos os critérios exigidos para a pronta liquidação. A Resseguradora está exposta a uma série de riscos financeiros transferidos por diversos ativos e passivos financeiros. Para mitigar os riscos financeiros significativos a Resseguradora utiliza uma abordagem ativa de gestão de ativos e passivos e leva em consideração a estrutura de Asset & Liability Management (ALM).

Abertura por período de formação dos ativos financeiros da Resseguradora estão apresentados nas Notas 6 e 7.

4.3 Gestão de risco de mercado

Entende-se por risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições ativas e passivas.

A AIG RE está sujeita a riscos de mercado originados de ativos e passivos financeiros e contratos de seguros. Para reduzir a exposição às variações nas taxas de juros do mercado brasileiro, a AIG RE utiliza algumas estratégias de gestão de riscos para a manutenção da rentabilidade dos seus negócios, margem de juros e risco de liquidez, em níveis determinados conforme sua política de gestão de risco e abordagem (bem como limites operacionais) determinados por nossa matriz. Adicionalmente, a Resseguradora emite certos contratos de seguros cujos passivos são impactados, ou denominados, em moeda estrangeira, onde os fluxos de caixa a serem liquidados (ou pagos) aos segurados são afetados pela variabilidade das taxas de câmbio periodicamente e subsequentemente nos períodos de liquidação das obrigações originadas destes contratos.

Para todos os instrumentos financeiros, o CPC 40 requer a divulgação por nível relacionado à mensuração do valor justo com base nos seguintes níveis:

- Preços quotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (Nível 1).
- *Input* outro que preços quotados incluídos em Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado dos preços) (Nível 2).

A Resseguradora possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros prontamente disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez.

As tabelas a seguir apresentam todos os ativos financeiros detidos pela Resseguradora classificados como mensurados ao valor justo:

	2016		
	Nível 1	Nível 2	Saldo contábil
Ativos financeiros mantidos para Negociação			
Títulos públicos federais	49.753	-	49.753
Títulos privados	-	58.211	58.211
Cotas fundos exclusivos	57.287	-	57.287
Cotas fundos Mútuo	13.042	-	13.042
Total mantidos para negociação	**120.082**	**58.211**	**178.293**

	2015		
	Nível 1	Nível 2	Saldo contábil
Ativos financeiros mantidos para Negociação			
Títulos públicos federais	28.923	-	28.923
Títulos privados	-	70.477	70.477
Cotas fundos exclusivos	30.821	-	30.821
Cotas fundos Mútuo	15.593	-	15.593
Total mantidos para negociação	**75.337**	**70.477**	**145.813**

A tabela apresentada a seguir leva em consideração a melhor estimativa da administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do exercício e sobre o patrimônio líquido da Resseguradora considerando os porcentuais de variação abaixo indicados:

Variável Financeira	Variação	Impacto em 31 de dezembro de 2016: Patrimônio Líquido	Impacto em 31 de dezembro de 2016: Resultado	Impacto em 31 de dezembro de 2015: Patrimônio Líquido	Impacto em 31 de dezembro de 2015: Resultado
Taxa de Juros	(1,5%)	1.535	2.558	1.918	3.197
Taxa de Juros	1,5%	(1.648)	(2.747)	(2.083)	(3.471)
Câmbio Projetado	(20%)	2.540	4.233	3.577	5.962
Câmbio Projetado	20%	(2.540)	(4.233)	(3.577)	(5.962)

Em função da AIG Resseguros classificar os ativos como para negociação, ao realizar a análise de sensibilidade com os ativos da carteira de investimentos na data-base, o impacto direto é refletido integralmente no resultado da Resseguradora. Porém, o patrimônio líquido também sofre um impacto indireto de mesma magnitude.

4.4 Gestão de risco de crédito

Pulverização de risco é a distribuição de um seguro pelo maior número possível de seguradores, realizada por meio de resseguro ou retrocessões, de modo que o risco não venha a constituir, por maior que seja sua importância, perigo iminente para a estabilidade da carteira objeto do seguro.

A AIG Re distribui seus riscos em conformidade com as disposições estabelecidas no Decreto-Lei nº 73, de 1966, alterado pela Lei Complementar nº 126, de 2007, e obedece aos critérios estabelecidos pela Resolução CNSP nº 321/15 e alterações posteriores.

Adicionalmente, a Resseguradora possui uma rigorosa política de risco de crédito para aquisição de ativos financeiros e contratação de resseguro no mercado aberto, a qual segue as políticas da matriz, onde existem diversos indicadores impostos para limitar a exposição ao risco de crédito caso as contrapartes de nossas operações não possuam *rating* de crédito igual ou superior àqueles estabelecidos em nossa política.

A política de aplicações financeiras adotada pela administração da AIG RE estabelece as instituições financeiras com as quais a Resseguradora e suas controladas podem operar, os limites de alocação de recursos e os objetivos. A Resseguradora adota o critério de aplicar seus recursos em instituições sólidas ou adquire títulos públicos federais, cuja classificação de risco seja considerada como alto *rating* de crédito.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, nossa carteira foi pulverizada basicamente entre Resseguradoras admitidas (99%), cujos *ratings* de crédito estão avaliados em A.

Os *ratings* considerados pela AIG RE para aceitação da distribuição de seus riscos financeiros foram extraídos de *sites* de órgãos classificadores, sendo estes: Standard & Poors, Fitch, Moody's e AM Best. Tais classificações também estão disponíveis no *site* da SUSEP, com as mesmas fontes.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos detidos pela Resseguradora distribuídos por *rating* de crédito. Os ativos classificados na categoria "sem *rating*" compreendem substancialmente valores a serem recebidos de estipulantes que não possuem *rating* de crédito individuais.

31 de dezembro de 2016

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	AAA	AA+	AA-	A	A-	BB	B+	Sem *Rating*	Saldo contábil
Ativos financeiros									
Ativos financeiros mantidos para negociação									
Ativos pré-fixados									
Públicos	-	-	-	-	-	29.967	-	-	29.967
Privados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos pós-fixados									
Públicos	-	-	-	-	-	19.786	-	-	19.786
Privados	4.352	10.394	38.717	2.578	1.880	-	290	-	58.211
Cotas Fundos									
Exclusivo (*)	-	-	-	-	-	-	-	57.287	57.287
Mútuo	-	-	-	-	-	-	-	13.042	13.042
Total Instrumentos financeiros	**4.352**	**10.394**	**38.717**	**2.578**	**1.880**	**49.753**	**290**	**70.329**	**178.293**

(*) O saldo do fundo exclusivo é composto integralmente por títulos públicos federais com vencimento entre 09/2017 e 09/2021.

31 de dezembro de 2015

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A-	Sem *Rating*	Saldo contábil
Ativos financeiros								
Ativos financeiros mantidos para negociação								
Ativos pré-fixados								
Públicos	19.013	-	-	-	-	-	-	19.013
Privados	11.312	-	-	-	-	-	-	11.312
Ativos pós-fixados								
Públicos	9.909	-	-	-	-	-	-	9.909
Privados	14.874	20.758	12.013	8.312	1.658	1.550	-	59.165
Cotas Fundos								
Exclusivo (*)	-	-	-	-	-	-	30.821	30.821
Mútuo	-	-	-	-	-	-	15.593	15.593
Total Instrumentos financeiros	**55.108**	**20.758**	**12.013**	**8.312**	**1.658**	**1.550**	**46.414**	**145.813**

(*) O saldo do fundo exclusivo é composto integralmente por títulos públicos federais com vencimento entre 09/2017 e 09/2021.

4.5 Gestão de risco de capital

A Resseguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de resseguros e para o segmento financeiro segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP.

A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital da Resseguradora através da otimização de ambos o nível e diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Resseguradora.

Os principais objetivos da Resseguradora em sua gestão de capital são: (a) manter níveis de capital suficientes para atender requerimentos regulatórios mínimos determinados pela SUSEP, (b) otimizar retornos sobre capital para os acionistas.

Durante o período de reporte a Resseguradora não manteve níveis de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios.

Para o requerimento de capital mínimo, a resseguradora segue os dispostos da Resoluções CNSP nº 283/2013 que dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital de risco baseado no risco operacional, CNSP nº 321/2015 que trata do capital de risco de subscrição e do capital de risco de crédito e Circular SUSEP nº 517/2015.

Consideram-se, para efeito das citadas resoluções, os conceitos a seguir:

I - Capital-base: montante fixo de capital no valor de R$ 60.000, que uma resseguradora local deverá manter, a qualquer momento.

II - Capital adicional: montante variável de capital que a entidade supervisionada deverá manter, a qualquer momento, para poder garantir os riscos inerentes a sua operação, conforme disposto em regulamentação.

Conforme requerido, o patrimônio líquido ajustado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016 estão demonstrados a seguir:

	2016	2015
Ajustes contábeis		
Patrimônio líquido ajustado - subtotal (+/-)	**95.301**	**82.201**
Ajustes associados à variação dos valores econômicos		
Patrimônio líquido ajustado (total) = PLA (subtotal) + ajustes associados à variação dos valores econômicos (+/-)	**95.301**	**82.201**
Capital-Base (CB)	**60.000**	**60.000**
Capital Adicional de Subscrição (CAS)	14.162	21.938
Capital Adicional Risco de Crédito	19.252	19.420
Risco de Mercado (i)	2.370	-
Benefício da Diversificação	(5.967)	(5.518)
Capital Adicional de Risco Operacional (CROPER)	2.176	2.280
Capital de Risco (ii)	**31.993**	**38.120**
Capital Mínimo Requerido (iii)	**60.000**	**60.000**
Suficiência de capital (iv)	35.301	22.201
Suficiência de ativos garantidores - vide (Nota 9)	112.930	86.695
Liquidez em relação ao capital de risco (20% do capital de risco (CR))	6.399	7.624
(=) Excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas superior a 20% capital de risco	**106.531**	**79.071**

(i) De acordo com o resolução CNSP nº 321/2015, o valor de risco de mercado utilizado corresponde a 50% do montante apurado na parcela CRmer.

(ii) Correspondente à soma do capital adicional de subscrição, crédito, mercado, benefício da diversificação e do capital de risco operacional.

(iii) O capital mínimo requerido é o maior valor entre o capital-base e o capital de risco.

(iv) A partir de 2014, o CNSP passou a exigir que as empresas supervisionadas ofereçam, no mínimo, 20% de seu Capital Mínimo Requerido-CMR em títulos do tesouro Nacional ou fundos compostos por esses títulos.

5 CAIXA E BANCOS

	2016	2015
Numerário e depósitos à vista em instituições financeiras	13.385	11.640
Total de caixa e equivalentes de caixa	**13.385**	**11.640**

6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2016

	Fluxo de caixa contratual e não descontado: Sem vencimento	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Saldo contábil	Percentual por categoria
Ativos financeiros						
Mantidos para negociação						
Cotas Fundos						
Exclusivo (*)	57.287	-	-	-	57.287	32
Cotas de fundos mútuos	13.042	-	-	-	13.042	7
Ativos prefixados						
Públicos	-	16.462	-	13.505	29.967	17
Privados	-	-	-	-	-	-
Ativos pós-fixados						
Públicos	-	5.573	-	14.213	19.786	11
Privados	-	16.606	19.279	22.326	58.211	33
Total ativos financeiros	**70.329**	**38.641**	**19.279**	**50.044**	**178.293**	**100**

(*) O saldo do fundo exclusivo é composto integralmente por títulos públicos federais com vencimento entre 09/2017 e 09/2021.

31 de dezembro de 2015

	Fluxo de caixa contratual e não descontado: Sem vencimento	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Saldo contábil	Percentual por categoria
Ativos financeiros						
Mantidos para negociação						
Cotas Fundos						
Exclusivo (*)	30.821	-	-	-	30.821	21
Cotas de fundos mútuos	15.593	-	-	-	15.593	11
Ativos prefixados						
Públicos	-	2.922	16.091	-	19.013	13
Privados	-	11.312	-	-	11.312	8
Ativos pós-fixados						
Públicos	-	-	-	9.909	9.909	7
Privados	-	9.412	535	49.218	59.165	40
Total ativos financeiros	**46.414**	**23.646**	**16.626**	**59.127**	**145.813**	**100**

(*) O saldo do fundo exclusivo é composto integralmente por títulos públicos federais com vencimento entre 09/2017 e 09/2021.

A tabela abaixo demonstra a taxa de juros contratada das aplicações financeiras:

	2016	2015
Fundo soberano (exclusivo)	SELIC, CDI	SELIC, IPCA
Títulos em tesouraria (Públicos e Privados)	Pré-fixado, CDI,SELIC, IPCA	Pré-fixado, CDI/SELIC
Fundo Cambial	Dólar	Dólar

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

31 de dezembro de 2016

	Valor do Investimento na Curva	Ajuste da Marcação a Mercado	Valor da Marcação a Mercado
Títulos Renda Fixa Privados	58.265	(54)	58.211
Títulos Renda Fixa Públicos	49.519	234	49.753
Cotas Fundos Exclusivo	57.287	-	57.287
Mútuo	13.042	-	13.042
Total Mantido para Negociação	**178.113**	**180**	**178.293**

31 de dezembro de 2015

	Valor do Investimento na Curva	Ajuste da Marcação a Mercado	Valor da Marcação a Mercado
Títulos Renda Fixa Privados	59.373	(209)	59.164
Títulos Renda Fixa Públicos	40.406	(171)	40.325
Cotas Fundos			
Exclusivo	30.821	-	30.821
Mútuo	15.593	-	15.593
Total Mantido para Negociação	**146.193**	**(380)**	**145.813**

Movimentação das aplicações financeiras

	2016	2015
Saldo inicial	145.813	107.209
Aplicações	134.002	167.154
Resgates	(118.399)	(147.568)
Rendimento	16.877	19.018
Saldo final	**178.293**	**145.813**

continua...

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

...continuação

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

Segmento	Prêmios efetivos de resseguros	Comissões efetivas de resseguros	Prêmios RVNE	Comissões de RVNE de resseguros	Sinistros	Provisão por *impairment*	2016 Total
Aeronáuticos	2.785	(305)	262	(43)	4.127	-	6.826
Marítimos	3.210	(549)	521	(63)	217	(467)	2.869
Patrimonial	3.852	(1.156)	1.013	(218)	2.712	(82)	6.121
Pessoas coletivo	109	(38)	-	-	-	-	71
Pessoas individual	107	-	-	-	-	-	107
Responsabilidades	3.967	(1.181)	1.447	(446)	6	(94)	3.699
Riscos especiais	151	(33)	62	(9)	-	(11)	160
Riscos financeiros	29.899	(6.186)	10.568	(4.519)	1.518	-	31.280
Rural	-	364	-	-	-	-	364
Outros	-	-	-	-	151	-	151
Transportes	193	-	-	-	-	-	193
Total	**44.273**	**(9.084)**	**13.873**	**(5.298)**	**8.731**	**(654)**	**51.841**
Ativo circulante							51.841
Ativo não circulante							

Segmento	Prêmios efetivos de resseguros	Comissões efetivas de resseguros	Prêmios RVNE	Comissões de RVNE de resseguros	Sinistros	Provisão por *impairment*	2015 Total
Aeronáuticos	1.579	(371)	693	(136)	1.842	(50)	3.557
Marítimos	5.082	(666)	576	(75)	852	(33)	5.736
Outros (*)	-	-	-	-	151	-	151
Patrimonial	10.945	(2.082)	12.494	(2.521)	3.896	(250)	22.482
Pessoas coletivo	268	(68)	20	(7)	-	-	213
Responsabilidades	3.632	(1.079)	2.549	(722)	47	(42)	4.385
Riscos especiais	383	306	315	(52)	-	(95)	857
Riscos financeiros	15.005	(3.011)	6.204	(1.849)	1.741	-	18.090
Total	**36.894**	**(6.971)**	**22.851**	**(5.362)**	**8.529**	**(470)**	**55.471**
Ativo circulante							55.313
Ativo não circulante							146

(*) Contempla principalmente o segmento de *consumer lines.*

7.1 Composição da carteira por classe e categoria contábil

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos e não *impaired*	Ativos vencidos e não *impaired*: De 0 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 180 dias	Ativos *impaired*	Saldo contábil em 31 de dezembro de 2016
Prêmios a receber resseguro assumido	14.461	24.523	783	805	2.956	744	(643)	43.629
Comissões efetivas de resseguros	(3.470)	(4.322)	(674)	(436)	64	(245)	-	(9.083)
Prêmios estimados	13.873	-	-	-	-	-	-	13.873
Comissões estimadas	(5.298)	-	-	-	-	-	-	(5.298)
Sinistros	8.731	-	-	-	-	-	(11)	8.720
	28.297	**20.201**	**109**	**369**	**3.020**	**499**	**(654)**	**51.841**

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos e não *impaired*	Ativos vencidos e não *impaired*: De 0 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 180 dias	Ativos *impaired*	Saldo contábil em 31 de dezembro de 2015
Prêmios a receber resseguro assumido	28.768	1.249	2.880	660	1.085	2.251	(451)	36.442
Comissões efetivas de resseguros	(6.103)	(112)	(399)	(131)	(216)	(10)	-	(6.971)
Prêmios estimados	22.851	-	-	-	-	-	-	22.851
Comissões estimadas	(5.362)	-	-	-	-	-	-	(5.362)
Sinistros	8.518	-	-	-	-	-	(19)	8.499
	48.672	**1.137**	**2.481**	**529**	**869**	**2.241**	**(470)**	**55.459**

7.2 Movimentação das operações de seguros e resseguros

Saldo em 31 de dezembro de 2014	**66.980**
Prêmios emitidos resseguro assumido	217.096
Prêmios cancelados resseguro assumido	(8.144)
Comissões efetivas de resseguros	841
Recebimentos prêmio de resseguro assumido	(209.143)
Prêmios estimados	(27.338)
Comissões estimadas	10.636
Oscilação cambial	(467)
Sinistros	5.028
Provisão para riscos sobre créditos	(30)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**55.459**
Prêmios emitidos resseguro assumido	122.745
Prêmios cancelados resseguro assumido	(18.414)
Comissões efetivas de resseguros	2.113
Recebimentos prêmio de resseguro assumido	(101.755)
Prêmios estimados	(8.977)
Oscilação cambial	783
Comissões estimadas	(64)
Sinistros	213
Provisão para riscos sobre créditos	(262)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**51.841**

Prazo médio recebimento (dias)

O prazo médio de parcelamento (dias) dos prêmios a receber de resseguro assumido é de 77 dias em 2016 (66 dias em 2015).

Parcelamento médio com base nas emissões

A média geral de parcelamentos com base nas emissões de 3,5 parcelas em 2016 (3,3 parcelas em 2015).

7.3 Operações com seguradoras por segmento

Apresentamos a seguir as operações com seguradoras por segmento:

Grupo por segmento	Prêmios efetivos de resseguros	Comissões efetivas de resseguros	Prêmios - RVNE Líquido Comissão	Provisão por *impairment*	2016 Total
Aeronáuticos	2.785	(305)	219	-	2.699
Marítimos	3.210	(549)	458	(466)	2.653
Patrimonial	3.708	(1.156)	795	(70)	3.277
Pessoas coletivo	109	(38)	-	-	71
Pessoas individual	107	-	-	-	107
Responsabilidades	3.967	(1.181)	1.001	(94)	3.693
Riscos especiais	151	(33)	53	(12)	159
Riscos financeiros	30.069	(6.186)	6.049	-	29.932
Rural	-	364	-	-	364
Transportes	193	-	-	-	193
Total	**44.299**	**(9.084)**	**8.575**	**(642)**	**43.148**

Grupo por segmento	Prêmios efetivos de resseguros	Comissões efetivas de resseguros	Prêmios - RVNE Líquido Comissão	Provisão por *impairment*	2015 Total
Patrimonial	10.266	(1.971)	9.974	(234)	18.035
Riscos especiais	383	306	262	(95)	856
Responsabilidades	3.639	(1.079)	1.827	(42)	4.345
Riscos financeiros	15.005	(3.011)	4.355	-	16.349
Pessoas coletivos	268	(68)	13	-	213
Marítimos	5.082	(666)	501	(33)	4.884
Aeronáuticos	1.579	(371)	557	(47)	1.718
Total	**36.222**	**(6.860)**	**17.489**	**(451)**	**46.400**

7.4 Operações com resseguradora

Grupo de segmento	Prêmios efetivos de resseguros	Sinistros	Provisão por *impairment*	2016 Total
Patrimonial	144	2.712	(12)	2.844
Responsabilidades	-	6	-	6
Riscos financeiros	-	1.348	-	1.348
Outros	-	151	-	151
Marítimos	-	217	-	217
Aeronáuticos	-	4.127	-	4.127
Total	**144**	**8.561**	**(12)**	**8.693**

Grupo de segmento	Prêmios efetivos de resseguros	Sinistros	Provisão por *impairment*	2015 Total
Patrimonial	567	3.894	(17)	4.444
Responsabilidades	-	29	-	29
Riscos financeiros	-	1.741	-	1.741
Outros	-	151	-	151
Marítimos	-	852	-	852
Aeronáuticos	-	1.844	(2)	1.842
Total	**567**	**8.511**	**(19)**	**9.059**

7.5 *Impairment* - Operações com seguradoras

As perdas para *impairment* foram registradas na conta "Despesas operacionais" no resultado do período. Valores provisionados como perda para *impairment* são baixados (*write-off*) quando não há mais expectativa da administração para a recuperação do ativo financeiro.

Para avaliação de *impairment* de ativos financeiros classificados nesta categoria a Resseguradora utiliza uma metodologia amplamente conhecida como metodologia de perda incorrida que considera se existe evidência objetiva de *impairment* para ativos individualmente significativos. Para o cálculo coletivo de *impairment* a Resseguradora agrupa os ativos em uma base de características de risco de crédito (como por exemplo, *ratings* internos, indústria ou tipos de contrato de seguro para avaliação de prêmios a receber). Estas características são relevantes para a determinação dos índices históricos de perda dos grupos avaliados com base em metodologia de rolagem, amplamente conhecida como *Roll Rate Model*.

A Resseguradora designa os prêmios a receber como *impaired a partir de* estudos econômicos de perda, onde são consideradas emissões feitas em períodos anteriores e elimina eventos de cancelamento de apólices não diretamente associados com perdas originadas por fatores de risco de crédito, tais como cancelamentos, baixa dos ativos por sinistros, emissões incorretas ou modificações de apólices solicitadas por corretores que resultam na baixa do ativo.

A movimentação da provisão para *impairment* de prêmios a receber é demonstrada na tabela a seguir:

	2016	2015
Saldo no início do período	(451)	(423)
Provisões constituídas no período	(9.533)	(8.780)
Reversão de provisões para *impairment*	9.342	8.752
Saldo no final do período	**(642)**	**(451)**

8 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	2016	2015
Crédito tributário - IRPJ sobre diferenças temporárias	253	397
Crédito tributário - CSLL sobre diferenças temporárias	202	319
Crédito tributário - PIS e COFINS Diferido sobre PSL	2.155	-
Total	**2.610**	**716**

	2016	2015
Impostos a compensar	49	295
Antecipação IRPJ	-	5.456
Antecipação CSLL	-	3.389
Total	**49**	**9.140**
Total Créditos tributários e previdenciários	**2.659**	**9.856**

Em 2016 a Resseguradora passou a reconhecer contabilmente PIS e COFINS diferido sobre os saldos contábeis de PSL (Provisão de Sinistros a Liquidar) líquidos dos valores a recuperar junto à Resseguradores - R$ 2.155. Esta metodologia permite a Resseguradora refletir em sua demonstração contábil os efeitos fiscais futuros decorrentes da dedução dos Sinistros Pagos na base de cálculo do PIS e COFINS sobre faturamento.

Tributos diferidos - Ativo	2016	2015
Outras Provisões não dedutíveis	455	715
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	-
Provisão Para Não Realização dos Créditos Tributários	-	-
Total	**455**	**715**
A ser recuperado até 12 meses	455	715
A ser recuperado após 12 meses	-	-
Total	**455**	**715**

A movimentação dos impostos diferidos ativos e passivos durante o ano está apresentada na tabela a seguir:

Tributos diferidos ativos	Outras provisões não dedutíveis	Prejuízo fiscal e base negativa	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**715**	**-**	**715**
Movimentação	(261)	-	(261)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**455**	**-**	**455**

Os registros de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas da contribuição social sobre o lucro, e aqueles decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados, atendem os critérios descritos na circular SUSEP nº 517 e alterações posteriores.

9 GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	2016	2015
Provisões técnicas - resseguradoras (A)	**530.809**	**556.129**
Direitos Creditórios (i)	26.723	36.604
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PPNG	9.201	16.080
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PSL	316.823	378.890
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de IBNR	90.434	63.095
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PDR	743	906
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PCC	21.522	1.436
Total de ativos redutores das necessidade de cobertura (B)	**465.446**	**497.011**
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C=A-B)	**65.363**	**59.118**
Fundos de investimento	70.329	46.413
Títulos de renda fixa	107.964	99.400
Ativos financeiros garantidores (E)	**178.293**	**145.813**
Excedente (E-C-D)	**112.930**	**86.695**

(i) Montante correspondente às parcelas à vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

10 ATIVOS DE RETROCESSÃO - PROVISÕES TÉCNICAS

Segmento	Prêmio de resseguro diferido - PPNG	Comissões diferidas	Prêmios de retrocessão diferida - RVNE	Comissões diferidas - RVNE	Sinistros pendentes de pagamento	Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão Complementar de Cobertura	2016 Total
Patrimonial	7.418	(2.299)	638	(184)	283.903	17.140	-	306.616
Riscos especiais	1.060	(309)	32	(8)	16	5.768	-	6.559
Responsabilidades	142	(25)	230	(31)	(32)	1.547	-	1.831
Transportes	295	-	-	-	-	2.929	-	3.224
Riscos financeiros	38.696	(14.730)	9.869	(4.153)	31.761	61.654	21.522	144.619
Pessoas individual	-	-	-	-	-	2	-	2
Marítimos	119	5	156	-	471	(1.591)	-	(840)
Aeronáuticos	3.232	(451)	254	(49)	1.446	2.985	-	7.417
Total	**50.962**	**(17.809)**	**11.179**	**(4.425)**	**317.565**	**90.434**	**21.522**	**469.428**
Ativo circulante								464.335
Ativo não circulante								5.093

continua...

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

...continuação

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

								2015
Segmento	**Prêmio de resseguro diferido - PPNG**	**Comissões diferidas**	**Prêmios de retrocessão diferida - RVNE**	**Comissões diferidas - RVNE**	**Sinistros pendentes de pagamento**	**Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados**	**Provisão Complementar de Cobertura**	**Total**
Patrimonial	13.816	(3.903)	7.665	(2.204)	339.334	19.655	1.030	375.393
Riscos especiais	2.143	(497)	161	(48)	-	2.590	207	4.556
Responsabilidades	590	(56)	379	(84)	67	14.164	-	15.060
Transportes	12	-	-	-	-	2.570	156	2.738
Riscos financeiros	17.785	(5.556)	5.858	(1.747)	29.081	9.925	-	55.346
Marítimos	384	5	193	(11)	1.595	1.002	43	3.211
Aeronáuticos	4.805	(751)	688	(135)	9.719	13.189	-	27.515
Total	**39.535**	**(10.758)**	**14.944**	**(4.229)**	**379.796**	**63.095**	**1.436**	**483.819**
Ativo circulante								477.694
Ativo não circulante								6.125

11 CONTAS A PAGAR

11.1 Obrigações a pagar

	2016	2015
Juros sobre capital próprio	3.825	2.977
Dividendos	2.033	1.953
Participação nos lucros	79	254
Outras obrigações a pagar	48	16
Contribuições sindicais	5	-
Provisão de bônus	18	115
Pensão alimentícia	2	1
Plano de benefícios a empregados	17	23
Outras obrigações a pagar	44	-
	6.071	**5.339**

11.2 Impostos e encargos sociais a recolher

	2016	2015
IRRF sobre folha pagamento	6	21
IRRF terceiros	1	1
IRRF terceiros Mf	2	-
CSL/PIS/COFINS terceiros	5	-
IRRF sobre juros sobre capital próprio	675	526
Imposto sobre serviço	1	-
INSS sobre folha pagamento	6	17
Contribuição para FGTS	-	6
	696	**571**

11.3 Impostos e contribuições

	2016	2015
Imposto de renda	1.219	1.962
Contribuição social	933	1.106
Cofins	995	560
Cide	2	-
PIS/PASEP	162	91
PIS sobre remessa ao exterior	-	2
Total	**3.310**	**3.721**

11.4 Outras contas a pagar

	2016	2015
Provisão de publicação de Balanço	155	164
Contas a pagar	7	13
Custos administrativos pagos por terceiros	2.397	3.250
Provisão de multas á Susep a pagar	88	184
	2.647	**3.611**

12 TRIBUTOS DIFERIDOS

	2016	2015
Imposto de Renda	584	-
Contribuição Social	467	-
	1.051	**-**

	2016	2015
Outros ajustes temporários	1.051	-
Total	**1.051**	**-**
Passivo circulante	**-**	
Passivo não circulante	**1.051**	
A ser realizado até 12 meses	-	
A ser realizado após 12 meses	1.051	
Total	**1.051**	

A movimentação dos impostos diferidos passivos durante o ano está apresentada na tabela a seguir:

Tributos Diferidos Passivos	Outros ajustes temporários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**-**	**-**
Movimentação	1.051	1.051
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**1.051**	**1.051**

Em 2016 a Resseguradora passou a reconhecer passivo fiscal diferido no montante de R$ 1.051 decorrentes de diferenças temporárias que se tornarão obrigações fiscais no futuro, atendendo aos critérios descritos na circular SUSEP nº 517 e alterações posteriores (nota 14). As taxas utilizadas para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial, sendo 25% para o Imposto de Renda e 20% para a Contribuição Social.

13 OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS - PASSIVO

	2016	2015
Resseguradoras	**72.286**	**53.233**
Resseguro a liquidar resseguradora local	**11.856**	**4.873**
Sinistros	11.149	6.251
Outros débitos	707	(1.378)
Resseguro a liquidar resseguradora admitida	**-**	**12**
Outros débitos	-	12
Resseguro a liquidar resseguradora eventual	**151**	**151**
Outros débitos	151	151
Retrocessões cedidas	**60.279**	**48.197**
Prêmios local	**325**	**639**
Efetivos	**265**	**541**
Premios efetivos	719	1.041
Comissão sob seguro cedido em retrocessão	(454)	(500)
RVNE	**60**	**98**
Prêmios RVNE	73	134
Comissões RVNE	(13)	(36)
Ressegurador admitido	**59.921**	**47.225**
Efetivos	**52.725**	**36.524**
Prêmios efetivos	71.535	48.035
Comissões efetivas	(18.810)	(11.511)
RVNE	**7.026**	**10.701**
Prêmios RVNE	11.854	14.955
Comissões RVNE	(4.828)	(4.254)
Outros débitos	170	-
Ressegurador eventual	**33**	**333**
Efetivos	**30**	**-**
Prêmios efetivos	75	-
Comissões efetivas	(45)	-
RVNE	**3**	**333**
Prêmios RVNE	5	463
Comissões RVNE	(2)	(130)

Apresentamos a seguir a relação de resseguradoras classificados com *rating* de crédito de acordo com as normas da SUSEP para os quais uma parcela do prêmio assumido foi repassado (cedido):

Tipo	Resseguradora	Percentual cedido	Classificação de risco	Agência
Admitida	American Home Assurance Company (*)	82	A	Standard & Poor's/FITCH
Admitida	Hannover Ruck SE	17	A+	A. M. Best Company
Admitida	Allianz Global Corporate e Specialty SE	1	AA	Standard & Poor's/FITCH
		100		

(*) Parte relacionada

14 PROVISÕES TÉCNICAS

									2016
Segmento	**Riscos diferidos efetivos - PPNG**	**Comissões diferidas efetivas - DAC**	**Prêmios diferidos - RVNE**	**Comissões diferidas - RVNE**	**Provisão de sinistros a liquidar**	**Provisão de despesas relacionadas - PDR**	**Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR**	**Provisão complementar de cobertura - PCC**	**Total**
Patrimonial	9.569	(2.591)	942	(200)	295.727	2.595	25.507	-	331.549
Riscos especiais	1.419	(105)	62	(9)	33	127	6.814	-	8.341
Responsabilidades	8.324	(2.520)	1.427	(439)	4.358	1.586	10.156	-	22.892
Transportes	205	-	-	-	-	225	4.804	-	5.234
Riscos financeiros	38.750	(13.830)	9.875	(4.121)	31.749	16	61.662	21.522	145.623
Pessoas coletivo	81	(12)	-	-	-	37	310	-	416
Rural	-	-	-	-	137	12	28	-	177
Outros	-	-	-	-	69	4	-	-	73
Pessoas individual	107	-	-	-	-	-	2	-	109
Marítimos	3.107	(516)	510	(62)	3.251	666	2.143	-	9.099
Aeronáuticos	3.232	(489)	254	(43)	1.398	49	2.895	-	7.296
Total	**64.794**	**(20.063)**	**13.070**	**(4.874)**	**336.722**	**5.317**	**114.321**	**21.522**	**530.809**
Ativo circulante									525.377
Ativo não circulante									5.432

									2015
Segmento	**Riscos diferidos efetivos - PPNG**	**Comissões diferidas efetivas - DAC**	**Prêmios diferidos - RVNE**	**Comissões diferidas - RVNE**	**Provisão de sinistros a liquidar**	**Provisão de despesas relacionadas - PDR**	**Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR**	**Provisão complementar de cobertura - PCC**	**Total**
Patrimonial	21.069	(4.748)	11.673	(2.368)	346.460	1.563	29.808	4.761	408.218
Riscos especiais	2.873	(133)	280	(46)	-	40	3.114	957	7.085
Responsabilidades	7.047	(1.902)	2.422	(685)	3.541	959	23.776	-	35.158
Transportes	18	-	-	-	-	34	3.025	721	3.798
Riscos financeiros	17.923	(5.607)	6.103	(1.811)	29.004	100	10.203	-	55.915
Pessoas coletivo	108	(20)	20	(7)	-	8	104	-	213
Rural	351	(93)	-	-	137	10	65	-	470
Outros	-	-	-	-	83	-	-	-	83
Marítimos	3.982	(613)	564	(73)	6.031	711	6.884	197	17.683
Aeronáuticos	4.806	(751)	688	(135)	9.257	468	13.173	-	27.506
Total	**58.177**	**(13.867)**	**21.750**	**(5.125)**	**394.513**	**3.893**	**90.152**	**6.636**	**556.129**
Ativo circulante									547.633
Ativo não circulante									8.496

14.1 Movimentações de saldos patrimoniais provisões

As tabelas a seguir apresentam a movimentação dos saldos de ativos e passivos de contratos de resseguros para o período findo em 31 de dezembro de 2016:

Mutação da PPNG	Passivos de contratos de seguro	Ativos de contratos de resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**43.287**	**30.260**
Novos contratos emitidos	217.096	78.984
Riscos expirados	(170.525)	(62.905)
Riscos cancelados/restituídos	(31.681)	(6.804)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**58.177**	**39.535**
Novos contratos emitidos	129.095	99.295
Riscos expirados	(97.713)	(67.332)
Riscos cancelados/restituídos	(24.765)	(20.537)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**64.794**	**50.962**

Mutação da PPNG-RVNE	Passivos de contratos de seguro	Ativos de contratos de resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**36.391**	**13.110**
Nova estimativa de contratos emitidos	50.189	15.552
Estimativa de riscos expirados	(28.439)	(608)
Reversão da reserva anterior	(36.391)	(13.110)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**21.750**	**14.944**
Nova estimativa de contratos emitidos	13.874	11.933
Estimativa de riscos expirados	(804)	(754)
Reversão da reserva anterior	(21.750)	(14.944)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**13.070**	**11.179**

Mutação da DAC	Custos diferidos de aquisição de contratos assumidos	Custos diferidos de aquisição de contratos cedidos
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**9.981**	**7.843**
Novos contratos emitidos	65.395	21.449
Riscos expirados	(50.297)	(16.448)
Riscos cancelados/restituídos	(11.212)	(2.086)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**13.867**	**10.758**
Novos contratos emitidos	35.852	30.227
Riscos expirados	(22.299)	(15.978)
Riscos cancelados/restituídos	(7.357)	(7.198)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**20.063**	**17.809**

Mutação da DAC-RVNE	Custos diferidos de aquisição de contratos assumidos	Custos diferidos de aquisição de contratos cedidos
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**12.039**	**2.861**
Nova estimativa de contratos emitidos	5.362	4.420
Estimativa de riscos expirados	(237)	(191)
Reversão da reserva anterior	(12.039)	(2.861)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**5.125**	**4.229**
Nova estimativa de contratos emitidos	5.299	4.842
Estimativa de riscos expirados	(425)	(417)
Reversão da reserva anterior	(5.125)	(4.229)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**4.874**	**4.425**

Mutação da PSL e PDS	Passivos de contratos de seguro	Ativos de contratos de resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**15.247**	**9.332**
Sinistros Avisados	446.920	400.072
Alterações de Estimativa	1.560	658
Pagamento de Sinistros	(75.367)	(34.403)
Atualização Monetária e Juros	6.153	4.137
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**394.513**	**379.796**
Sinistros Avisados	84.859	66.038
Alterações de Estimativa	(2.509)	(2)
Pagamento de Sinistros	(83.000)	(73.229)
Atualização Monetária e Juros	(57.141)	(55.038)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**336.722**	**317.565**

Mutação da IBNR	Passivos de contratos de seguro	Ativos de contratos de resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**42.998**	**26.951**
Reversão da reserva anterior	(42.998)	(26.951)
Constituição da nova reserva	90.152	63.095
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**90.152**	**63.095**
Reversão da reserva anterior	(90.152)	(63.095)
Constituição da nova reserva	114.321	90.434
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**114.321**	**90.434**

Provisão para Despesas não diretamente alocadas a Sinistro	Passivos de contratos de seguro
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**1.172**
Reversão da reserva anterior	(1.172)
Constituição da nova reserva	3.893
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**3.893**
Reversão da reserva anterior	(3.893)
Constituição da nova reserva	5.317
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**5.317**

Mutação da PCC	Passivos de contratos de seguro	Ativos de contratos de resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**209**	**-**
Reversão da Reserva Anterior	(209)	-
Constituição da Nova Reserva	6.636	1.436
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**6.636**	**1.436**
Reversão da Reserva Anterior	(6.636)	(1.436)
Constituição da Nova Reserva	21.522	21.522
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**21.522**	**21.522**

14.2 Comportamento da provisão de sinistros em anos posteriores aos anos de constituição

As tabelas a seguir representam as estimativas iniciais efetuadas pela Resseguradora referente às provisões para sinistros e despesas com sinistros, bem como a reestimativa das mesmas, em cada um dos períodos demonstrados (análise conhecida como *calendar year*), as quais refletem o saldo das reservas contabilizados no período.

A mesma análise é realizada para as provisões Brutas e Líquidas de Resseguro.

A tabela 1 demonstra o saldo contábil das provisões utilizadas nos triângulos de desenvolvimento (Provisões para sinistros), e, da provisão total de sinistros, excluindo o montante referente à reserva para despesas não alocadas ao sinistro.

Na tabela 2 demonstramos o saldo das provisões de sinistros por tipo de provisão (Sinistros a Liquidar e IBNR).

Na tabela 3 está demonstrada a evolução dos valores pagos ou ressarcidos acumulados, somada à evolução do valor das provisões reestimadas para esses mesmos sinistros.

E, na tabela 4, comparamos as reestimativas atuais mais os pagamentos acumulados até o último período com a reserva contabilizada originalmente, sendo que variações são apresentadas em valores e em percentuais.

(a) Bruto de resseguro

					Tabela 1 - Dezembro
	Dezembro/12	**Dezembro/13**	**Dezembro/14**	**Dezembro/15**	**Dezembro/16**
Provisões Totais para sinistros	**8.829**	**27.997**	**59.416**	**488.556**	**455.954**
(-) Despesa não alocada	253	1.077	1.178	2.634	4.041
Provisões para sinistros	**8.576**	**26.920**	**58.238**	**485.922**	**451.913**

continua...

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

...continuação

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tabela 2 - Dezembro

	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16
Sinistros a Liquidar	897	3.095	15.241	395.771	337.592
IBNR	7.678	23.825	42.998	90.151	114.320
IBNER	8.576	26.920	58.238	485.922	451.913
Provisões para sinistros	**2.501**	**18.918**	**43.938**	**124.248**	**479.328**

Tabela 3 - Dezembro

Provisões reestimadas e valor pago até	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16
Um ano mais tarde	6.614	26.342	81.021	399.160	-
Dois anos mais tarde	5.846	29.843	55.398	-	-
Três anos mais tarde	5.340	17.783	-	-	-
Quatro anos mais tarde	4.836	-	-	-	-

Tabela 4 - Dezembro

	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16
Sobra (falta) cumulativa	3.740	9.137	2.840	86.762	-
Sobra (falta) cumulativa %	43,6%	33,9%	4,9%	17,9%	-

(b) Valores retidos

Tabela 1 - Dezembro

	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16
Provisões Totais para sinistros	**2.477**	**9.034**	**23.134**	**45.667**	**47.954**
(-) Despesa não alocada	253	1.077	1.178	2.634	4.041
Provisões para sinistros	**2.225**	**7.957**	**21.956**	**43.032**	**43.913**

Tabela 2 - Dezembro

	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16
Sinistros a Liquidar	897	1.919	5.908	15.975	20.027
IBNR	1.327	6.038	16.048	27.057	23.886
Provisões para sinistros	**2.225**	**7.957**	**21.956**	**43.032**	**43.913**

Tabela 3 - Dezembro

Provisões reestimadas e valor pago até	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16
Um ano mais tarde	2.282	5.905	37.644	28.662	-
Dois anos mais tarde	1.329	7.901	25.301	-	-
Três anos mais tarde	1.594	4.442	-	-	-
Quatro anos mais tarde	1.153	-	-	-	-

Tabela 4 - Dezembro

	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16
Sobra (falta) cumulativa	1.072	3.515	(3.345)	14.371	-
Sobra (falta) cumulativa %	48,2%	44,2%	-15,2%	33,4%	-

Por tratar-se de uma Resseguradora ainda em processo de crescimento, a mesma vem ganhando exposição aos poucos e, por este motivo, até anos anteriores não havia histórico de dados suficiente para calcular estimativas atuariais consistentes para reserva, utilizando apenas sua experiência, principalmente por se tratar - em sua essência - de produtos de grandes riscos, onde poucos sinistros podem ser suficientes para consumir toda reserva. A cada período, a exposição aumenta e o histórico passa a ser mais consistente, possibilitando uma diversificação maior do risco, melhor funcionamento do mutualismo da carteira e consequentemente reservas mais assertivas.

15 CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por 91.435.555 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, nos seguintes termos:

- Boletim de subscrição I - AIG Seguros Brasil - número de ações subscritas: 91.435.554 ações ordinárias.
- Boletim de subscrição II - American Home Assurance Company Escritório de Representação no Brasil Ltda. - número de ações subscritas: uma ação ordinária.
- Aumento de capital em 28/09/2016 processo SUSEP nº 15414.607367/2016-30, aprovado conforme Portaria nº 182 publicado em 06 de dezembro de 2016.

(b) Reservas

A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

A reserva estatutária é constituída para assegurar à Resseguradora margem operacional até o limite máximo do capital social, constituída à base do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

(c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de até 25% sobre o lucro líquido de cada exercício.

16 PRÊMIOS

16.1 Prêmios emitidos

Os prêmios auferidos compreendem os prêmios de resseguros emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e riscos vigentes não emitidos. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

2016

Grupo por segmento	Prêmio de resseguro	Comissões	Prêmios - Riscos Vigentes Não Emitidos	Retrocessões Aceitas	Total	Percentual
Patrimonial	10.246	(2.317)	(9.179)	-	(1.250)	(2)
Riscos especiais	1.374	(621)	(209)	-	544	1
Responsabilidades	14.612	(4.429)	(827)	-	9.356	14
Transportes	830	-	-	-	830	1
Riscos financeiros	62.388	(19.355)	1.694	-	44.727	68
Pessoas coletivos	293	(101)	(13)	-	179	-
Rural	1.548	22	-	-	1.570	2
Pessoas individual	112	-	-	-	112	-
Marítimos	7.283	(897)	(43)	-	6.343	9
Aeronáuticos	5.645	(798)	(338)	-	4.509	7
Total	**104.331**	**(28.496)**	**(8.915)**	**-**	**66.920**	**100**

2015

Grupo por segmento	Prêmio de resseguro	Comissões	Prêmios - Riscos Vigentes Não Emitidos	Retrocessões Aceitas	Total	Percentual
Percentual						
Patrimonial	35.207	(7.474)	1.387	757	29.877	26
Riscos especiais	4.128	(220)	(44)	-	3.864	3
Responsabilidades	13.002	(3.595)	(10)	-	9.397	8
Transportes	601	-	(50)	-	551	-
Riscos financeiros	34.890	(9.523)	1.449	-	26.816	24
Pessoas coletivos	361	(79)	13	-	295	-
Rural	2.111	(559)	-	-	1.552	1
Outros	-	-	(18.754)	49.305	30.551	28
Marítimos	7.106	(1.026)	(391)	-	5.689	5
Aeronáuticos	7.657	(1.417)	(301)	-	5.939	5
Total	**105.063**	**(23.893)**	**(16.701)**	**50.062**	**114.531**	**100**

16.2 Prêmios ganhos principais ramos de atuação

2016

Segmento	Prêmio Ganho	Índice de sinistralidade - %
Patrimonial	20.824	(64)
Riscos especiais	2.566	(149)
Responsabilidades	9.375	117
Transportes	1.359	(145)
Riscos financeiros	8.765	(1.257)
Pessoas coletivos	210	(112)
Rural	1.828	(55)
Marítimos	6.956	37
Aeronáuticos	5.502	175
Total	**57.385**	**(187)**

2015

Segmento	Prêmio Ganho	Índice de sinistralidade - %
Patrimonial	16.667	(2.221)
Riscos especiais	732	(342)
Responsabilidades	10.781	(172)
Transportes	530	(166)
Riscos financeiros	21.019	(154)
Pessoas coletivos	234	(168)
Rural	1.453	(169)
Outros	43.072	(65)
Marítimos	5.607	(114)
Aeronáuticos	5.615	(625)
Total	**105.710**	**(470)**

Para os segmentos que apresentam índice de sinistralidade acima de 100%, a Administração da AIG Resseguros está tomando as medidas para redução desses índices, tal como não renovação de apólices nesse nicho de frequência alta e severidade baixa.

17 VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

As despesas com provisões técnicas apresentam as seguintes variações:

2016

Grupo por segmento	Prêmio diferido - PPNG	Comissões diferidas - PPNG	Prêmios diferidos - Retrocessão aceita	Comissões diferidas - Retrocessão aceita	Prêmios diferidos - RVNE	Comissões diferidas - RVNE	Provisão complementar de cobertura	Total
Patrimonial	10.463	(2.090)	445	(67)	10.731	(2.168)	4.761	22.075
Riscos especiais	911	(27)	-	-	218	(37)	957	2.022
Responsabilidades	(1.348)	618	-	-	995	(246)	-	19
Transportes	(192)	-	-	-	-	-	721	529
Riscos financeiros	(21.200)	8.222	-	-	(3.772)	2.310	(21.522)	(35.962)
Pessoas coletivos	27	(8)	-	-	20	(7)	-	32
Rural	351	(93)	-	-	-	-	-	258
Pessoas individual	(112)	-	-	-	-	-	-	(112)
Marítimos	469	(97)	-	-	54	(12)	197	611
Aeronáuticos	913	(262)	-	-	434	(92)	-	993
Total	**(9.718)**	**6.263**	**445**	**(67)**	**8.680**	**(252)**	**(14.886)**	**(9.535)**

2015

Grupo por segmento	Prêmio diferido - PPNG	Comissões diferidas - PPNG	Prêmios diferidos - Retrocessão aceita	Comissões diferidas - Retrocessão aceita	Prêmios diferidos - RVNE	Comissões diferidas - RVNE	Provisão complementar de cobertura	Total
Patrimonial	(6.441)	2.064	(820)	115	(3.815)	448	(4.761)	(13.210)
Riscos especiais	(2.267)	120	-	-	(51)	22	(957)	(3.133)
Responsabilidades	1.824	(309)	-	-	1.240	(1.372)	-	1.383
Transportes	621	-	-	-	71	(27)	(686)	(21)
Riscos financeiros	(5.678)	1.604	-	-	(2.519)	796	-	(5.797)
Pessoas coletivos	(56)	8	-	-	(20)	7	-	(61)
Rural	(134)	36	-	-	-	-	-	(98)
Outros	-	-	-	-	18.879	(6.358)	-	12.521
Marítimos	(591)	247	-	-	700	(413)	(24)	(81)
Aeronáuticos	(465)	-	-	-	157	(16)	-	(324)
Total	**(13.187)**	**3.770**	**(820)**	**115**	**14.642**	**(6.913)**	**(6.428)**	**(8.821)**

18 SINISTROS OCORRIDOS

Os sinistros ocorridos estão assim compostos:

Sinistros Ocorridos	2016	2015
Indenizações avisadas	(80.621)	(446.687)
Despesas com sinistros	(2.751)	(3.691)
Salvados	-	577
Ressarcimentos	170	158
Variação da provisão sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	(24.169)	(47.153)
	(107.371)	**(496.796)**

19 RESULTADO COM RETROCESSÃO

(a) Composição do resultado com retrocessões

Demonstramos a seguir a composição do resultado com retrocessões:

	2016	2015
Indenização de Sinistros - Recuperação	65.244	399.666
Despesas com Sinistros - Recuperação	794	406
Salvados e Ressarcidos	(170)	-
Variação da Provisão de IBNR	27.341	36.143
Receita com retrocessão	**93.209**	**436.215**
Prêmios Cedidos em Retrocessão Brutos	(75.139)	(71.167)
Comissões	23.451	20.367
Variação das Despesas de Retrocessão - Provisões	22.357	7.590
Despesa com retrocessão	**(29.331)**	**(43.210)**
Resultado com retrocessão	**63.878**	**393.005**

(b) Abertura por segmento

Os valores dos principais grupos estão assim compostos:

2016

Segmento	Receita com retrocessão	Despesa com retrocessão	Resultado com retrocessão
Patrimonial	4.496	(10.432)	(5.936)
Riscos especiais	3.194	(1.592)	1.602
Responsabilidades	(12.631)	(678)	(13.309)
Transportes	359	(693)	(334)
Riscos financeiros	110.496	(10.210)	100.286
Pessoas individual	2	-	2
Marítimos	(3.163)	(635)	(3.798)
Aeronáuticos	(9.544)	(5.091)	(14.635)
Total	**93.209**	**(29.331)**	**63.878**

2015

Segmento	Receita com retrocessão	Despesa com retrocessão	Resultado com retrocessão
Patrimonial	354.321	(12.540)	341.781
Riscos especiais	2.026	(932)	1.094
Responsabilidades	11.182	(2.245)	8.937
Transportes	622	(732)	(110)
Riscos financeiros	32.316	(20.355)	11.961
Pessoas individual	(16)	-	(16)
Marítimos	666	(793)	(127)
Aeronáuticos	35.098	(5.614)	29.484
Total	**436.215**	**(43.211)**	**393.004**

20 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2016	2015
Despesas com pessoal próprio	(1.626)	(1.596)
Serviços de Terceiros	(623)	(413)
Localização e Funcionamento	(1.181)	(1.684)
Despesas com publicações	(166)	(128)
Donativos e Contribuições	(21)	(21)
Custos Rateados	(5.056)	(2.024)
Total	**(8.673)**	**(5.866)**

21 DESPESAS COM TRIBUTOS

	2016	2015
COFINS	(2.210)	(3.602)
COFINS sobre operações de resseguro	(586)	(686)
COFINS Diferido	1.854	-
Contribuição Sindical	(19)	(34)
Outros Tributos	(548)	1
PIS/PASEP	(359)	(585)
PIS/PASEP sobre operações de resseguro	(62)	(150)
PIS Diferido	301	-
Taxa de fiscalização - SUSEP	(538)	(426)
Total	**(2.166)**	**(5.482)**

22 RESULTADO FINANCEIRO

(a) Composição Resultado financeiro

	2016	2015
Receitas financeiras	(43.874)	51.229
Despesas financeiras	53.132	(29.469)
Resultado financeiro	**9.258**	**21.760**

continua...

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

...continuação

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Receitas financeiras

	2016	2015
Receitas com títulos de renda fixa privados	6.039	11.020
Receitas com títulos de renda fixa públicos	6.028	4.455
Oscilação Cambial com operações de resseguros aceitos	(2.064)	17.166
Oscilação Cambial com operações de retrocessões aceitas	(4.157)	2.831
Oscilação Cambial com operações de resseguros cedidos	(54.907)	12.197
Quotas de outros fundos de investimento	4.809	3.543
Outras receitas	378	17
	(43.874)	**51.229**

(c) Despesas financeiras

	2016	2015
Oscilação Cambial com operações de resseguros aceitos	59.141	(13.648)
Oscilação Cambial com operações de retrocessões aceitas	109	(1.463)
Oscilação Cambial com operações de resseguros cedidos	2.731	(9.681)
Juros sobre despesas financeiras de encargos sobre tributos	(5)	(2)
Imposto sobre operações financeiras	(120)	(167)
Despesas com impostos e contribuições sobre transações financeiras	(8.648)	(4.450)
Outras despesas	(76)	(58)
	53.132	**(29.469)**

23 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social são calculados, com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, como se seguem:

	2016		2015	
	Imposto de Renda Pessoa Jurídica	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda Pessoa Jurídica	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
Resultado antes da provisão do imposto de renda, da contribuição social e das participações	**12.091**	**12.091**	**11.782**	**11.782**
(-) Juros sobre o capital próprio	(4.500)	(4.500)	(3.500)	(3.500)
(-) Participações	(54)	(54)	(273)	(273)
Resultado base para cálculo dos impostos	**7.537**	**7.537**	**8.009**	**8.009**
	2016		2015	
	Imposto de Renda Pessoa Jurídica	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda Pessoa Jurídica	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
Ajustes Temporários	**(2.915)**	**(2.915)**	**107**	**107**
Outros ajustes temporários	(2.915)	(2.915)	107	107
Ajustes Permanentes	**393**	**42**	**696**	**307**
Outros ajustes permanentes	393	42	696	307
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	**5.014**	**4.663**	**8.812**	**8.423**
Alíquota de 15% de IRPJ mais 10% de adicional federal, e 15% para CSLL	1.231	933	1.951	1.106
Incentivos Fiscais	-	-		
(Constituição)/Reversão de créditos tributários sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais	729	583	168	62
Total de impostos de renda e contribuição social	**1.960**	**1.516**	**2.119**	**1.168**
Alíquota Efetiva	**46%**		**41%**	

24 PARTES RELACIONADAS

A administração considera, como partes relacionadas da Resseguradora, a AIG Seguros Brasil S.A., a American Home Assurance Company, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05.

(a) Com a AIG Seguros Brasil S.A. a Resseguradora mantém operações de aceitação de prêmios de resseguros, recuperação de sinistros, despesas de comercialização.

(b) A Resseguradora utiliza parte da estrutura e recursos da AIG Seguros Brasil S.A. para o desempenho de suas operações, conforme contrato de rateio e ressarcimento de despesas e custos indiretos e diretos acordado entre as partes.

(c) Com a American Home Assurance Company a resseguradora mantém operações de repasse de prêmios de resseguros e recuperação de despesas de comercialização.

(d) Com a American Overseas a resseguradora manteve operações de retrocessão.

As transações com operações comerciais foram:

	AIG Seguros	American Home	American Overseas
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**25.604**	**(8.077)**	**-**
Ativo	67.436	107.410	85.340
Passivo	(55.259)	(40.507)	(32.377)
Pagamento	21.017	29.314	32.377
Recebimento	(72.881)	(10.604)	(85.340)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**(14.083)**	**77.536**	**-**
Ativo	86.884	11.272	-
Passivo	(18.639)	(64.483)	-
Pagamento	20.660	31.829	-
Recebimento	(72.022)	(9.929)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**2.800**	**46.225**	**-**

Transações administrativas

	AIG Seguros
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**-**
Provisão	16.414
Pagamento	(13.163)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**3.251**
Provisão	5.097
Pagamento	(5.951)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**2.397**

O total das despesas com remuneração da administração atingiu em 2016, o montante de R$ 1.238 (2015 - R$ 1.148).

25 OUTRAS INFORMAÇÕES

Conforme convenção coletiva de trabalho, a Resseguradora concede benefícios pós-emprego a seus funcionários relacionados à cobertura de plano de saúde e custeio indireto de seguro de vida para funcionários demitidos ou aposentados. O período do benefício depende de diversas regras estabelecidas pela Lei nº 9.656/98 e pelas regras da Convenção Coletiva de Trabalho, onde a Resseguradora apurou atuarialmente as obrigações decorrentes destes planos segundo as regras do CPC 33. A Resseguradora adotou uma política de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais em conformidade com os requisitos do item 92, onde reconhece-se a parcela dos ganhos e das perdas atuariais como receita ou despesa se o valor líquido acumulado dos ganhos e das perdas atuariais não reconhecidos no final do exercício anterior exceder o maior valor entre:

- 10% do valor presente da obrigação de benefício definido nessa data (antes da dedução dos ativos do plano);
- 10% do valor justo de quaisquer ativos do plano nessa data.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Resseguradora apurou de reserva de benefícios a empregados o montante de R$ 16 (2015 - R$ 24).

A Resseguradora contribui mensalmente para o Instituto Nacional de Seguridade Social para os seus funcionários onde a contribuição no exercício de 2016 totalizou R$ 187 (2015 -R$ 243). A Resseguradora também é copatrocinadora em plano de aposentadoria, que compreende pensão. O regime financeiro adotado é o de capitalização e o plano é classificado como um plano de contribuição definida. Durante o exercício de 2016, as contribuições totalizaram R$ 68 (2015 - R$ 98).

Diretoria

DIRETORES

Diretor Presidente
Paride Della Rosa

Diretor
Francisco Ignácio Espinoza Concha

Diretor
Fernando Borges Porelo

Comitê de Auditoria
Assízio Aparecido de Oliveira
Carlos Roberto Matavelli
Luiz Pereira de Souza

Natália Soares Grisanti
Atuária - MIBA 2162

Roseli Midori Kanazawa
Contadora - CRC 1SP187230/O-8

Relatório Comitê de Auditoria - Dezembro de 2016

Ilmos. Srs.
Membros do Conselho de Administração da
AIG Seguros Brasil S.A. e AIG Resseguros Brasil S.A.
São Paulo, SP

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da AIG Seguros Brasil S.A. e da AIG Resseguros Brasil S.A.- "AIG", instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e que atende integralmente aos requisitos estabelecidos pelo CNSP, tendo sua formação sido homologada pela Superintendência de Seguros Privados - Susep, como previsto no Capítulo VI do Estatuto Social Consolidado aprovado pela Assembleia Geral de 31 de março de 2016, composto por três membros indicados pela Assembleia Geral e nomeados naquela mesma assembleia, se reuniu pela primeira vez em 29 de abril de 2016 e, a partir de então, mensalmente, totalizando nove reuniões no exercício.

O Comitê atua na condição de Comitê de Auditoria Único para todo o Grupo AIG Seguros, estendendo a sua competência à AIG Resseguros Brasil S.A., por deliberação da instituição líder do grupo, de acordo com o previsto na regulamentação pertinente.

O Comitê apoia o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pelas atividades que têm como objetivo garantir o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a integridade e qualidade das demonstrações financeiras da AIG, a qualidade, eficiência e eficácia do sistema de controles internos e de gestão de riscos, o cumprimento de normas internas e externas, e a efetividade e independência das auditorias independente e interna.

O Comitê atua através de reuniões e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e de *compliance*, e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu Regimento Interno, o qual reflete adequadamente a sua organização, seu propósito, autoridade e responsabilidades, os requerimentos em relação aos seus membros, bem como aqueles relativos às reuniões periódicas e ao conteúdo de seu relatório.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da administração da AIG. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e conformidade.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A auditoria interna auxilia a organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

Atividades do Comitê

O Comitê atua através da realização de reuniões periódicas na sede da AIG com representantes designados pela Administração para prestar informações e responder a questionamentos formulados por seus membros. O Comitê atua, também, realizando acompanhamento e revisões, à distância, de documentos e informações.

As atividades do Comitê no exercício 2016 incluíram:

a) Reuniões com o Diretor Presidente e os executivos das áreas de contabilidade, controles internos, gestão de riscos, *compliance*, jurídico, ouvidoria, auditoria independente e auditoria interna;
b) Discussão com a Administração da AIG e com os seus auditores independentes sobre o tratamento das questões contábeis, de controles internos e de conformidade mais relevantes e sobre a apresentação das demonstrações financeiras; e
c) Análise dos relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da AIG, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras da AIG e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas, acompanhando os contínuos aumentos de capital e os efeitos contemplados nas demonstrações financeiras, e a reorganização da estrutura da AIG. Sempre que necessário, emitiu recomendações de melhorias, sobre as quais mantém acompanhamento em suas reuniões.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da AIG ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração da AIG Seguros Brasil S.A. e da AIG Resseguros Brasil S.A., a aprovação das demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2017.

Assizio Aparecido de Oliveira
Membro do Comitê de Auditoria

Carlos Roberto Matavelli
Membro do Comitê de Auditoria

Luiz Pereira Souza
Membro do Comitê de Auditoria

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Acionistas e Administradores da AIG Resseguros Brasil S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da **AIG Resseguros Brasil S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2016, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **AIG Resseguros Brasil S.A.** em 31 de dezembro de 2016, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos certas divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, em seus aspectos mais relevantes. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2017.

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino
São Paulo - SP - Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

Carlos Eduardo Silva Teixeira
MIBA 729

continua...

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

...continuação

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas AIG Resseguros Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da AIG Resseguros Brasil S.A. ("Resseguradora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AIG Resseguros Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Resseguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Resseguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Resseguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Resseguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Resseguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Resseguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Resseguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Resseguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Resseguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador
CRC 1SP216397/O-5

Ultrapar Participações S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 33.256.439/0001-39 - NIRE 35.300.109.724

Ata da Reunião do Conselho de Administração (01/2017)

Data, Hora e Local: 22 de fevereiro de 2017, às 14 horas 30 minutos, na sede social, localizada na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, nº 1.343, 9º andar, na Cidade e Estado de São Paulo. **Presença**: Membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal, em cumprimento ao disposto no parágrafo 3° do artigo 163 da Lei das Sociedades Anônimas, todos abaixo assinados, e o Sr. Délio Rocha Leite, da Deloitte Touche Tohmatsu. **Deliberações**: **1.** Depois de examinadas e discutidas, aprovar as demonstrações financeiras da Companhia, incluindo o balanço patrimonial e o relatório da administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, bem como a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos, instruídas com o parecer dos auditores independentes, e recomendar sua aprovação pela assembleia geral. **2.** Aprovar, "*ad referendum*" da Assembleia Geral Ordinária, a seguinte destinação do lucro líquido do período findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de R$ 1.561.584.779,95 (um bilhão, quinhentos e sessenta e um milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, setecentos e setenta e nove Reais e noventa e cinco centavos), conforme abaixo: **a)** R$ 78.079.239,00 (setenta e oito milhões, setenta e nove mil, duzentos e trinta e nove Reais) serão destinados à reserva legal; **b**) R$ 576.238.395,15 (quinhentos e setenta e seis milhões, duzentos e trinta e oito mil, trezentos e noventa e cinco Reais e quinze centavos) serão destinados à reserva estatutária para investimentos; e **c)** R$ 907.267.145,80 (novecentos e sete milhões, duzentos e sessenta e sete mil, cento e quarenta e cinco Reais e oitenta centavos) serão destinados para pagamento de dividendos aos acionistas detentores de ações ordinárias, dos quais R$ 434.618.992,00 (quatrocentos e trinta e quatro milhões, seiscentos e dezoito mil, novecentos e noventa e dois Reais) foram pagos como dividendos intermediários de acordo com a deliberação deste Conselho de 10 de agosto de 2016. O saldo remanescente dos dividendos ora aprovados, equivalente a R$ 472.648.153,80 (quatrocentos e setenta e dois milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, cento e cinquenta e três Reais e oitenta centavos), será pago aos acionistas a partir do dia 10 de março de 2017, sem remuneração ou atualização monetária, cabendo aos acionistas o pagamento de dividendos equivalentes a R$ 0,87 (oitenta e sete centavos) por ação. A data base para o recebimento dos dividendos ora aprovados (*record date*) será o dia 01 de março 2017 no Brasil e o dia 06 de março de 2017 nos Estados Unidos da América. As ações da Companhia passarão a ser negociadas "ex-dividendos" na BM&FBOVESPA e na Bolsa de Valores de Nova York a partir do dia 02 de março de 2017. **3.** Os Conselheiros foram atualizados sobre alternativas de financiamentos para a Companhia. **4.** Os Conselheiros foram atualizados sobre os projetos estratégicos e de expansão da Companhia. **5.** O Conselho de Administração discutiu a proposta submetida pela Diretoria de aumento do capital social mediante incorporação da totalidade de recursos disponíveis na reserva de retenção de lucros, no montante de R$ 1.333.065.504,08 (um bilhão, trezentos e trinta e três milhões, sessenta e cinco mil, quinhentos e quatro Reais e oito centavos), sem a emissão de novas ações, considerando a completa execução dos orçamentos de capital atrelados a tal reserva. Referida proposta, com a consequente proposta de alteração do estatuto social da Companhia, conta com o parecer favorável do Conselho Fiscal e será submetida para apreciação dos acionistas quando da convocação de Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em conjunto com a Assembleia Geral Ordinária da Companhia. **6.** Os Conselheiros analisaram e aprovaram, em consonância com a Política de Aprovação de Investimentos da Ultrapar, proposta de expansão no terminal portuário em Itaqui pela Ultracargo, divisão de negócios da Companhia no segmento de armazenagem. Observação: As deliberações foram aprovadas, sem emendas ou ressalvas, pela totalidade dos membros do Conselho de Administração presentes. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os Conselheiros presentes, bem como pelos membros do Conselho Fiscal. aa) **Paulo Guilherme Aguiar Cunha** - Presidente; **Lucio de Castro Andrade Filho** - Vice-Presidente; **Alexandre Gonçalves Silva**; **Carlos Tadeu da Costa Fraga**; **José Maurício Pereira Coelho**; **Nildemar Secches**; **Olavo Egydio Monteiro de Carvalho**; **Pedro Wongtschowski** - Conselheiros; **Flávio Cesar Maia Luz**; **Mario Probst**; **Nilson Martiniano Moreira** - Membros do Conselho Fiscal. Declaro que a presente é cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio. **Lucio de Castro Andrade Filho -** Vice-Presidente do Conselho

Colégio Brasil-Europa S.A.

CNPJ 60.758.513/0001-98

Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

São convidados os Srs. Acionistas a reunirem-se em AGO/E à Avenida Nove de Julho, 4459 - Jardim Paulistano, capital, em 27/03/2017 às 15h a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Discussão e votação do Relatório da Diretoria e das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2016; b) Fixação dos honorários da diretoria; c) Distribuição de dividendos; d) outros assuntos de interesse social. Encontram-se à disposição dos acionistas os documentos a que se refere o artigo133, da Lei 6.404/76.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2017

Inês Helena Reingenheim - Diretora - Presidente

SOMOS Educação S.A.

CNPJ/MF nº 02.541.982/0001-54 - NIRE 35.300.175.832

Companhia Aberta de Capital Autorizado

Edital de Convocação

Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **SOMOS Educação S.A.** ("Companhia") a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 10 de março de 2017, às 14:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 7221, 1º andar, Setor B, Pinheiros, CEP 05425-902 ("AGE"), para examinar, discutir e deliberar sobre **(i)** a proposta de incorporação, pela Companhia, da totalidade das ações de sua controlada Somos Educação e Participações S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 7221, 2º Andar, Setor C, Pinheiros, CEP 05425-902, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.824.725/0001-92 ("SEP"), excluídas as ações representativas do capital social da SEP já detidas pela Companhia; **(ii)** os termos e condições do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação das Ações da Somos Educação e Participações S.A. pela Somos Educação S.A." e todos os seus respectivos anexos, a ser celebrado entre as administrações da Companhia e da SEP, em 10 de março de 2017 ("Protocolo"); **(iii)** a ratificação da nomeação das empresas especializadas, indicadas no Protocolo, para elaboração: (a) dos laudos de avaliação da SEP e da Companhia, pela metodologia do fluxo de caixa descontado, para fins da fixação da relação de substituição ("Laudos de Avaliação - Relação de Substituição"); e (b) dos laudos de avaliação dos patrimônios líquidos da Companhia e da SEP, a preços de mercado, apurados pela metodologia de liquidação ou valor de liquidação, nos termos das instruções da Comissão de Valores Mobiliários nº 565, de 15 de junho de 2015, e nº 361, de 05 de março de 2002, conforme alterada, para fins do disposto no Artigo 264 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações") ("Laudos de Avaliação - Artigo 264" e, em conjunto com os Laudos de Avaliação - Relação de Substituição, os "Laudos de Avaliação"); **(iv)** os Laudos de Avaliação; **(v)** o aumento do capital social no valor de R$ 10.019.271,03 (dez milhões, dezenove mil, duzentos e setenta e um reais e três centavos), resultante da incorporação da totalidade das ações de emissão da SEP, excluídas as ações representativas do capital social da SEP já detidas pela Companhia; **(vi)** a alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em decorrência de referido aumento de capital; **(vii)** os procedimentos para exercício do direito de recesso dos acionistas dissentes; e **(viii)** a autorização para que os administradores da Companhia adotem as providências necessárias para formalizar a incorporação de ações da SEP, inclusive perante as repartições públicas competentes. Direito de Retirada - Nos termos do Artigo 252, parágrafo 2º da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas da Companhia dissidentes terão o direito de se retirar da Companhia, recebendo o valor de R$ 3,531968 por ação. Informações Gerais - Os acionistas deverão depositar na Companhia, se possível com pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência da AGE, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (1) comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo, 05 (cinco) dias antes da data da realização da AGE; (2) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente; e (3) conforme o caso, o instrumento de mandato outorgado com antecedência máxima de 1 (um) ano em relação à data da AGE e com reconhecimento da firma do outorgante. As procurações outorgadas no exterior deverão ter as assinaturas notarizadas e estar acompanhadas da respectiva consularização, conforme aplicável, e tradução juramentada para o idioma português, procedimento ao qual deverão ser submetidos quaisquer documentos oriundos do exterior. Em conformidade com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, na Instrução CVM nº 481/09, conforme alterada, e no Estatuto Social da Companhia, todos os documentos pertinentes à ordem do dia, a serem analisados ou discutidos na AGE já se encontram disponíveis aos acionistas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, na Comissão de Valores Mobiliários através do sistema IPE, no *website* de relações com investidores da Companhia e em sua sede social. São Paulo, 23 de fevereiro de 2017. **José Carlos Reis de Magalhães Neto -** Presidente do Conselho de Administração.

SCCI - SECURITIZADORA DE CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ/MF nº 17.568.683/0001-80 - NIRE nº 35300449436

Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração

Data, Hora, Local: 08.02.2017, às 11h00, na sede, Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar (parte), São Paulo/SP. **Mesa**: Presidente: Wolf Vel Kos Trambuch; Secretária: Fabiana Ferreira dos Santos. **Presença:** Totalidade dos membros. **Deliberações Aprovadas**: Eleger para a Diretoria: Sarah Balestero, para o cargo de Diretora sem designação específica, com mandato até 03.01.2019. Os membros do Conselho ratificam a Diretoria para o mandato unificado até 03.01.2019: (i) Wolf Vel Kos Trambuch, engenheiro, RG 02.502.982-8 SSP/RJ, CPF/MF 298.783.227-34, Diretor de Relação com Investidores. (ii) Fernando Pinilha Cruz, engenheiro, RG 6.897.361-5 SSP/SP, CPF/MF 013.106.988-80, Diretor Presidente. (iii) Sarah Balestero, economista, RG 34.058.605-9-SSP/SP, CPF/MF 313.279.398-19, Diretora sem designação específica, todos brasileiros, casados e com endereço em São Paulo/SP. **Encerramento**: Nada mais. São Paulo, 08.02.2017. **Conselheiros:** Wolf Vel Kos Trambuch, Olga Vel Kos Trambuch, Jefferson Luis de Araújo Pavarin. **Diretora Eleita:** Sarah Balestero. JUCESP nº 90.403/17-4 em 21.02.2017. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

JBS S.A.

CNPJ/MF nº 02.916.265/0001-60

NIRE 35.300.330.587

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os Senhores Acionistas da JBS S.A. ("Companhia") convocados para se reunirem, em 15 de março de 2017, às 10:00 horas, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), na sede social da Companhia, localizada no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Marginal Direita do Tietê, 500, Bloco I, 3º Andar, Vila Jaguara, CEP 05118-100, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **1. Incorporação de subsidiárias da Companhia: (i)** Examinar, discutir e aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporação da Moy Park Lux Holdings S.à r.L. ("Moy Park Lux") pela JBS S.A., firmado pelos administradores da Companhia ("Protocolo e Justificação Moy Park Lux"), bem como todos os atos e providências nele contemplados; **(ii)** Examinar, discutir e aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporação da Friboi Trade Exportação e Importação Ltda. ("Friboi Trade") pela JBS S.A., firmado pelos administradores da Companhia e da Friboi Trade ("Protocolo e Justificação Friboi Trade"), bem como todos os atos e providências nele contemplados; **(ii)** Ratificar a nomeação e contratação da APSIS Consultoria Empresarial Ltda. para realizar as avaliações do patrimônio líquido da Moy Park Lux e da Friboi Trade, para fins do disposto nos artigos 226 e 227 e na forma do artigo 8º da Lei nº 6.404/76, e elaborar os respectivos laudos de avaliações ("Laudos de Avaliação"); **(iii)** Examinar, discutir e aprovar os Laudo de Avaliação da Moy Park Lux e da Friboi Trade; e **(iv)** Aprovar a incorporação da Moy Park Lux e a incorporação da Friboi Trade; **2. Ratificação, nos termos do Parágrafo 8º do Artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, da eleição do membro do Conselho de Administração da Companhia, aprovada em Reunião de Conselho de Administração, realizada em 08 de fevereiro de 2017. Informações Gerais:** Nos termos do Artigo 10, Parágrafo 5º, do Estatuto Social da Companhia, e conforme o Artigo 126 da Lei nº 6.404/76, solicita-se aos Senhores Acionistas da Companhia que, na medida do possível, apresentem, com até 72 (setenta e duas) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia expedido pela instituição depositária; (ii) instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante (sendo certo que as procurações lavradas em língua estrangeira, antes de seu encaminhamento à Companhia, devem ser vertidas para o português e registradas as suas traduções no registro de Títulos e Documentos); e/ou (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. Cópia da documentação poderá ainda ser encaminhada através do e-mail ri@jbs.com.br. A Companhia informa que não adotou o boletim de voto a distância, tendo em vista sua não obrigatoriedade para a matéria que será deliberada a AGE supracitada, conforme artigo 21-A, §2, da Instrução nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada. Os documentos e informações referidos neste edital e os demais previstos na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, foram apresentados à Comissão de Valores Mobiliários, por meio do Sistema de Informações Periódicas (IPE), nos termos do Artigo 6º de referida Instrução, e encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Companhia, no site de Relações com Investidores da Companhia (www.jbs.com.br/ri), e nos sites da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

São Paulo, 24 de fevereiro de 2017.

Joesley Mendonça Batista - **Presidente do Conselho de Administração.**

Pollarix S.A.

CNPJ/MF nº 04.755.710/0001-82 - NIRE 35.300.187.733

Carta de Renúncia

Carta dirigida à **Pollarix S.A.**, com sede em São Paulo/SP, CNPJ/MF nº 04.755.710/0001-82, com seus atos registrados na JUCESP sob NIRE 35.300.187.733 ("**Companhia**"), aos cuidados de sua única sócia, **Companhia Brasileira de Alumínio**, com sede em São Paulo/SP, CNPJ/MF nº 61.409.892/0001-73, com seus atos registrados na JUCESP sob NIRE 35300012763. **Eduardo Migliora Zobaran**, OAB/SP nº 137.679-B e CPF nº 001.201.287-48, residente e domiciliado em São Paulo/SP, renuncio neste ato ao cargo de Diretor sem designação específica, para o qual fui reeleito na AGE de 29/04/2016, de acordo com a lei e o Estatuto Social. A presente renúncia tem eficácia imediata e é realizada em caráter irrevogável e irretratável. Declaro, neste ato, não existir quaisquer obrigações pendentes entre mim e a Companhia ou seus diretores e empregados (cada um, "**Parte Quitada**"), pelo que dou às Partes Quitadas plena, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo, seja a que título for (incluindo, mas não se limitando a, descumprimento contratual, indenização por perda de cargo, aposentadoria ou injusta ou indevida demissão, ou discriminação de qualquer natureza), em relação à minha atuação como diretor da Sociedade e à minha renúncia. A presente é firmada em 4 vias de igual teor e forma. Atenciosamente, Eduardo Migliora Zobaran. Recebida: Companhia Brasileira de Alumínio. SP, 22/12/2016. JUCESP nº 53.791/17-4 em 31/01/2017. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente